



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2005



SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	1
2.	ATUAÇÃO DO COLEGIADO	3
2.1	RELAÇÃO DOS TEMAS MAIS FREQUENTES APRECIADOS PELA CÂMARA	5
2.2	REUNIÕES	8
2.3	REMESSA DE ACÓRDÃOS AUTADOS POR DESPACHO DO PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA	8
2.4	PROCEDIMENTOS DISTRIBUÍDOS E RELATADOS PELOS MEMBROS	9
2.5	FLUXO DE PROCEDIMENTOS	10
2.6	EXPEDIENTES DA SECRETARIA	10
3.	ATUAÇÃO DOS MEMBROS NA ÁREA TEMÁTICA	12
3.1	MODO DE ATUAÇÃO: EXTRAJUDICIAL E JUDICIAL	12
3.1.1	ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL POR MATÉRIA: PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	12
3.1.2	PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS POR ESTADO DA FEDERAÇÃO E REGIONAL	13
3.1.3	ATUAÇÃO POR MATÉRIA: AÇÕES JUDICIAIS	15
3.1.4	ATUAÇÃO JUDICIAL DO MPF POR ESTADO DA FEDERAÇÃO E REGIONAL	16
3.1.5	SITUAÇÃO E RESULTADOS: ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL	18
3.1.6	SITUAÇÃO E RESULTADOS: ATUAÇÃO JUDICIAL	20
4.	EVENTOS REALIZADOS	22
4.1	VII ENCONTRO NACIONAL	22
4.1.1	PROGRAMA	22
4.1.2	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS	27
4.1.3	DESTAQUES DO VII ENCONTRO	27
4.1.4	RELATÓRIO FINAL DO VII ENCONTRO	28
4.2	SEMINÁRIO SOBRE O “CURSO DE APERFEIÇOAMENTO SOBRE A ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL E JUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA”	28
4.2.1	PROGRAMA – FASE PRESENCIAL	29
4.3	OUTROS EVENTOS	30
4.3.1	REUNIÃO DOS MODERADORES DAS LISTAS DE DISCUSSÃO	30
4.3.2	PARTICIPAÇÃO NO IV FÓRUM GLOBAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO	31
4.3.3	DELEGAÇÃO DE MOÇAMBIQUE	31
4.3.4	PROJETOS DE EVENTOS PARA O ANO DE 2006	31
5.	HOME PAGE	32
5.1	INTRANET	32
5.2	INTRANET	32
6.	BASE DE DADOS/CATÁLOGO	33

6.1	BASE DE DADOS - PESQUISA	33
6.2	BASE DE DADOS – RESULTADO DA PESQUISA	33
6.3	BASE DE DADOS – RESULTADO DA PESQUISA	33
7.	CONVÊNIOS	34
7.1	BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN	34
7.2	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA	34
7.3	MINISTÉRIO DA DEFESA – COMANDO DO EXÉRCITO	34
7.4	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL – SRF	34
7.5	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO	34
7.6	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU	34
8.	SISTEMAS INFORMATIZADOS E APLICATIVOS	35
9.	ATUAÇÃO DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS	36
9.1	DEMONSTRATIVOS – TABELAS E GRÁFICOS	36
9.2	TRABALHOS DESTACADOS REALIZADOS PARA OS MEMBROS DO MPF	36
9.2.1	ASSESSORIA TÉCNICA – CONTABILIDADE	36
9.2.2	ASSESSORIA TÉCNICA – ECONOMIA	38
9.2.3	ASSESSORIA TÉCNICA – ENGENHARIA CIVIL	39
10.	RECURSOS SOLICITADOS PELA CÂMARA	44
11.	COMPOSIÇÃO DA CÂMARA	45
11.1	MEMBROS DO COLEGIADO	45
11.2	REPRESENTAÇÃO ELEITA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS	45
12.	EQUIPE DE SERVIDORES	48
12.1	ASSESSORIA TÉCNICA	48
12.2	ASSESSORIA JURÍDICA	48
12.3	ASSESSORIA ADMINISTRATIVA	48
12.4	SETOR DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO	49



1. APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao art. 7º, III, da Resolução nº 20/96, a Câmara do Patrimônio Público e Social (5ª CCR) apresenta o Relatório de suas atividades no ano de 2005, cumprindo registrar que o seu biênio de gestão iniciou-se em 3 de Maio de 2004.

Este relatório constitui uma retrospectiva e um balanço do que aconteceu no Ano de 2005, reunindo uma variedade de informações oriundas de várias fontes.

A idéia é dar a conhecer o que a Câmara faz e como faz. Objetiva-se relacionar os temas mais freqüentes apreciados pelo Colegiado, o nº de reuniões e de procedimentos distribuídos e relatados, o fluxo dos procedimentos, mostrando, quando possível, os números através de gráficos.

Obter informações sobre a atuação nacional extrajudicial e judicial dos Membros nas matérias e por Estados é um feito para se comemorar, embora os dados obtidos careçam de maior precisão, seja porque haja mais a ser contabilizado, seja porque possa ter havido alguma impropriedade na sua colheita. As dificuldades existentes para se armazenar estes dados em cada Unidade de Procuradoria ainda constitui um desafio à informatização da Instituição. De modo que somente a boa vontade em colaborar permitiu que dados, até então ignorados, viessem ao conhecimento da Câmara, visando a obtenção de um tratamento técnico relacionado à criação de indicadores de atuação por matéria, por Estado da Federação, com verificação, inclusive, dos indicadores de situação e resultados na atuação extrajudicial e judicial.

O VII Encontro Nacional foi um marco na produção de material essencial ao aprimoramento das práticas atuais com vistas a conscientização de que sem armazenamento das manifestações dos membros da Instituição, mediante critérios metodológicos, torna-se difícil traçar uma política institucional, criar-se metas ou prestar contas à Sociedade.

A participação da Câmara no Fórum Global contra à Corrupção, de âmbito internacional, foi relevante para mostrar que somos um dos protagonistas na luta contra a Corrupção porque temos a legitimidade civil e penal para pleitear as respectivas sanções.

A página da Câmara tem rico material e cada vez mais se aprimora a pesquisa na *intranet*, seja na base de dados, seja em inúmeras informações e publicações existentes.

Afigura-se necessária a expansão da rede conveniada, com aperfeiçoamento das cláusulas e do acompanhamento.

As Assessorias Técnicas têm desempenhado importante colaboração na atuação dos membros e vêm aumentando essa contribuição como demonstram os gráficos crescentes de 2000 até 2005. A Base de Dados dos Pareceres Técnicos que será implementada no ano vindouro será de grande alcance para a integração e disseminação das metodologias e novidades técnicas.

Foi acentuada a intermediação da Câmara junto à Administração quanto a contratação de trabalhos solicitados na área de Engenharia pelos membros para instrução de procedimentos administrativos. Visando maior disponibilidade da própria Instituição no atendimento dessas solicitações foi elaborada proposta à Administração para a contratação de servidores nessa área de conhecimento.

Por fim, nada do que foi feito teria sido possível sem a motivação, desprendimento, competência e amor à Instituição dos que participaram de todo esse processo de fazer da 5ªCCR.

Brasília, 05 de maio de 2006.

Gilda Pereira de Carvalho

Subprocuradora–Geral da República
Coordenadora da Câmara do Patrimônio Público e Social



2. ATUAÇÃO DO COLEGIADO

Foi atingida a meta mais desafiante consistente na criação e implementação de uma Base de Dados das Manifestações de inteiro teor dos Membros com atuação na área temática e do Colegiado. Assim, quem em 2005 visitou a página da 5ªCCR teve acesso ao sítio “Base de Dados” onde pode pesquisar sobre assunto, nome das partes, ou número do procedimento ou processo e onde pode inserir manifestações de inteiro teor do seu próprio computador, seguindo as orientações ali estampadas. Implementou-se o voto escrito no Colegiado. Cada PA tem o respectivo voto onde consta uma ementa sintética (palavras chaves em caixa alta) e outra enumerada em parágrafos, constando no corpo do voto o nome do procurador que subscreveu a decisão de arquivamento.

O ano de 2005 findou com 5.564 documentos, sendo 2.707 votos dos Membros do Colegiado, todos passíveis de consulta e cópias na intranet.

É claro que só foi possível alcançar esta meta pelo intenso trabalho desenvolvido pela assessoria da 5ªCCR, pelos setores de informática da PGR e pela efetiva colaboração dos membros consultados, que visaram dar à base de dados feição de fácil acessibilidade. Não se para por aqui, pois há mais o que ser alcançado. É um trabalho que prosseguirá buscando o melhor para a nossa Instituição e o supremo interesse da Sociedade.

Essa “Base de dados” tem importância também porque dela se poderá retirar indicadores de atuação e de desempenho, visando a nossa e outras Instituições de Estado.

A circulação quinzenal, ininterrupta, pela intranet dos 22 Informativos da 5ªCCR, onde consta o assunto tratado e o órgão expedidor das comunicações recebidas, objetiva dar a conhecer o que vem sendo tratado no âmbito da defesa do patrimônio público pelo Brasil afora, a merecer atenção para o desenvolvimento de estratégias de atuação.

O VII Encontro da Câmara, em Setembro, veio a atender reclamo dos procuradores no sentido de ser oportunizado contato mais estreito com outras Instituições, denominadas de “parceiras,” porque têm a obrigação legal de defender o patrimônio público e social e de cooperar com o MPF no combate à corrupção em suas mais diversas formas. Esse grande encontro de 3 dias deu origem a 3 livretos que contêm expressiva contribuição dos participantes membros e representantes de outros Órgãos Públicos para uma atuação mais cooperativa e eficiente, buscando a eficácia e a efetividade na defesa dos interesses da Sociedade como única destinadora do bem-comum.

A criação da lista “Patrimônio Público”, fórum temático, e o funcionamento das 5 “listas de discussão” e Grupos de Trabalho voltados para assuntos recorrentes relacionados às transferências de recursos para a educação e a saúde, relacionados aos bens e desapropriações e licitações e obras públicas, merecem melhor estruturação para então desenvolverem marcante atuação.

O curso de aperfeiçoamento para membros sobre “Improbidade Administrativa”, em parceria com a ESMPU, foi realizado sob a forma de Seminário presencial, sendo que em 2006 os módulos serão oferecidos via internet.

A publicação das monografias, ante a solicitação de verbas para o próximo orçamento, será objeto de licitação.

Ainda visando o aprimoramento dos membros e servidores, a 5ªCCR teve aprovado pela ESMPU 7 projetos de grupos de estudos/cursos para serem executados no ano vindouro: “Atualização Pericial para Contadores e Economistas”; “Metodologia para a realização de perícias em obras públicas”; “Imprescritibilidade ou prescritibilidade da ação de ressarcimento ao erário público”; “Perguntas e Respostas sobre Improbidade administrativa”; “Regulamentação do Procedimento Administrativo Civil”; “Regras básicas para funcionamento da Força Tarefa no âmbito do MPF”.

Por fim, elaborou-se o Regimento da Câmara, que foi remetido ao Conselho Superior para aprovação, conforme estipula o art. 57, I, “a” da LC 75/93.

Quanto às metas de âmbito administrativo da Câmara, cumpre destacar que a redação dos Manuais de procedimentos e rotinas da Câmara, estão veiculados no *site* e são importantes instrumentos de ambiente favorável a prática das funções.

As assessorias criadas estão dando resultados máximos, bem como a coordenação técnica dos analistas periciais que trabalhou no projeto de Base de Dados de inteiro teor dos pareceres técnicos, com previsão de execução no início de 2006.

Gilda Pereira de Carvalho

Subprocuradora–Geral da República
Coordenadora da Câmara do Patrimônio Público e Social

2.1 RELAÇÃO DOS TEMAS MAIS FREQUENTES APRECIADOS PELA CÂMARA

- **17,36% (433 votos)**

SUS. Abrange cobrança indevida de honorários com Autorização de Internação Hospitalar – AIH, cobrança em duplicidade de procedimento médico, cobrança indevida aos usuários do SUS, relatórios de auditoria do DENASUS

- **16,60% (414 votos)**

Acórdãos do Tribunal de Contas da União – TCU. Abrange julgamento de prestação de contas diversas apresentadas por prefeitos, por dirigentes de entidades públicas e de entidades privadas conveniadas com órgãos públicos, dentre outros.

- **13,31% (332 votos)**

Convênios: abrange irregularidades na aplicação das verbas, na celebração e na execução de convênio, dentre outros.

- **8,98% (224 votos)**

Concurso público. abrange: contratações sem concurso público, inclusive as realizadas por conselhos profissionais; contratação de advogado por órgão público; nomeação de candidatos excedentes ao número de vagas; preterição de candidatos; irregularidades em editais, na realização das provas, no critério de correção de prova, na atuação da banca examinadora e da comissão organizadora e outros.

- **8,34% (208 votos)**

INSS: abrange fraude na concessão de benefício previdenciário; ausência de repasse de contribuição previdenciária ao INSS; atendimento irregular a segurado; não realização de perícias médicas; desídia de procurador na defesa dos interesses da autarquia federal; sonegações, inadimplências e fraudes no pagamento de tributos destinados à Seguridade Social praticadas por clubes de futebol profissional; falha na comunicação de óbito de beneficiário, dentre outros.

- **6,05% (151 votos)**

Procedimentos licitatórios. abrange dispensa indevida de procedimento licitatório; irregularidades praticadas por comissão de licitação; exigência de caução e de apresentação de documentos comprobatórios da capacidade técnico-financeira do participante; superfaturamento do objeto licitado; impedimento e habilitação de licitante; inobservâncias à Lei nº8.666/93, dentre outros.

- **3,69% (92 votos)**

Execução de obras diversas. Abrange obras inacabadas ou não realizadas, obras construídas em desacordo com o projeto técnico, irregularidades em obras de duplicação, manutenção e construção de rodovias, etc.

- **2,69% (67 votos)**

Relatórios CGU. Abrange relatórios de fiscalização da Controladoria Geral da União.

- **2,69% (67 votos)**

Outros. Abrange: eficiência no serviço público, terrenos de marinhas, faixa de fronteira, títulos da dívida pública, Plano de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, fundos de pensão, greve,

- **2,61% (65 votos)**

Multa administrativa aplicada pelos órgãos públicos.

- **2,49% (62 votos)**

Lei nº 9.452/97. Notificação pelas Prefeituras municipais aos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais a respeito da liberação de verbas federais.

- **2,29% (57 votos)**

INCRA. Abrange assentamentos rurais, ocupações irregulares de terras, reforma agrária.

- **2,29% (57 votos)**

FUNDEF: irregularidades na aplicação das verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

- **1,56% (39 votos)**

Improbidade administrativa diversa cometida por servidores públicos. Abrange: prejuízo ao erário, enriquecimento ilícito, prescrição da ação de improbidade, irretroatividade da Lei nº 8.429/92, princípio da proporcionalidade, etc.

- **1,36% (34 votos)**

PETI. Irregularidades na execução do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

- **1,16% (29 votos)**

Rodovias federais. Irregularidades em recuperação e manutenção.

- **1,12% (28 votos)**

Repasse de verbas. Ausências e atrasos no repasse de verbas, cortes indevidos.

- **0,88% (22 votos)**

Conflito de atribuição diversos e os originados da aplicação Lei nº 10.628/2002, que criou a prerrogativa de foro para agentes públicos passivos da Lei de Improbidade.

- **0,88% (22 votos)**

Concessão de serviço público de som, imagem e energia.

- **0,64% (16 votos)**

Servidor público. Abrange acumulação ilegal de cargos públicos, provimento derivado de cargo público, acumulação indevida de proventos de aposentadoria e vencimentos.

- **0,56% (14 votos)**

FGTS. Abrange levantamento indevido, índices expurgatórios de planos econômicos, ausência de recolhimento.

- **0,52% (13 votos)**

Terceirização. Abrange irregularidades na terceirização de mão-de-obra e serviços.

- **0,40% (10 votos)**

Precatório. Abrange irregularidades ou atraso no seu pagamento.

- **0,40% (10 votos)**

Privatizações. Abrange denúncia de ilegalidades nas privatizações da Rede Ferroviária Federal S/A, Companhia Vale do Rio Doce, do Banco do Estado do Rio de Janeiro – BANERJ, de empresas integrantes do Sistema Telebrás e outras.

- 0,36% (9 votos)

Exercício ilegal da profissão

- 0,32% (8 votos)

Tramitação de processos. Abrange morosidade na apreciação de processos administrativos e judiciais, demora na devolução dos autos de processo judicial, procrastinação de andamento processual, demora do julgamento de ação ordinária, etc.

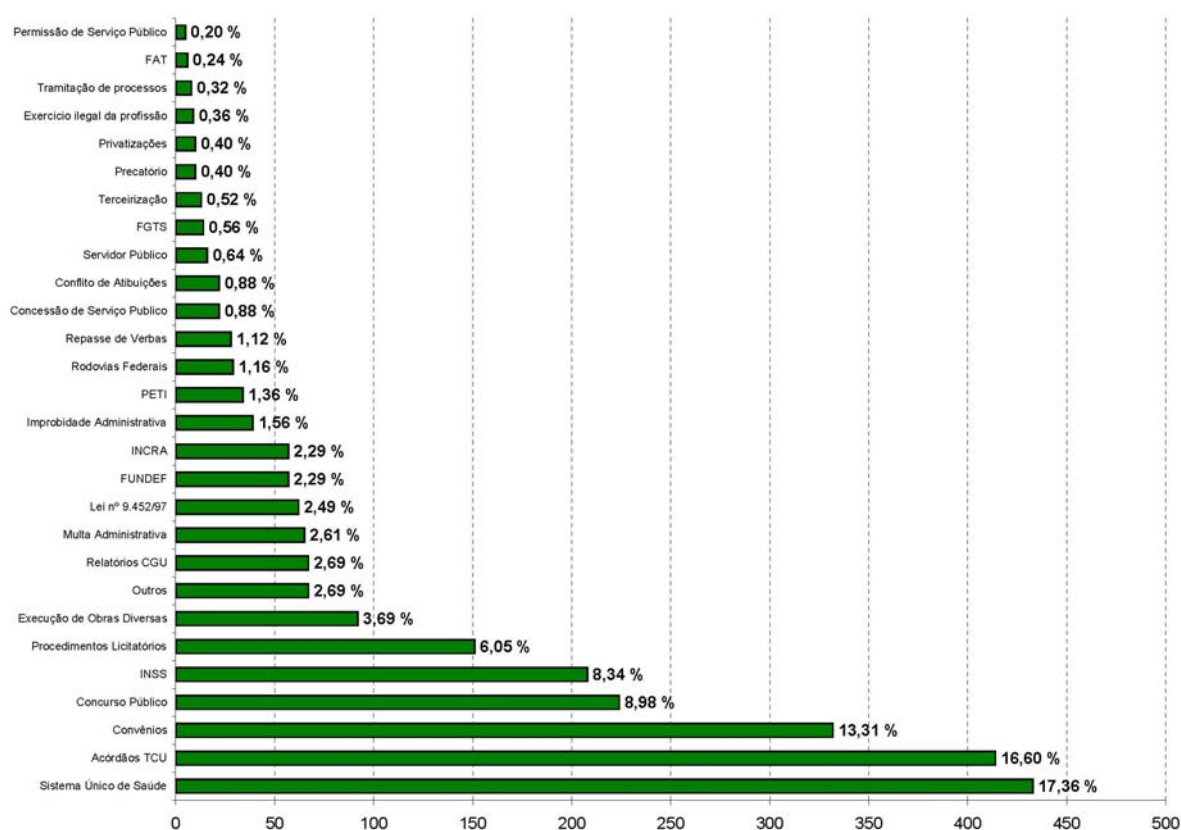
- 0,24% (6 votos)

FAT. Irregularidades na utilização da verba do Fundo do Amparo ao Trabalhador.

- 0,20% (5 votos)

Permissão de serviço público

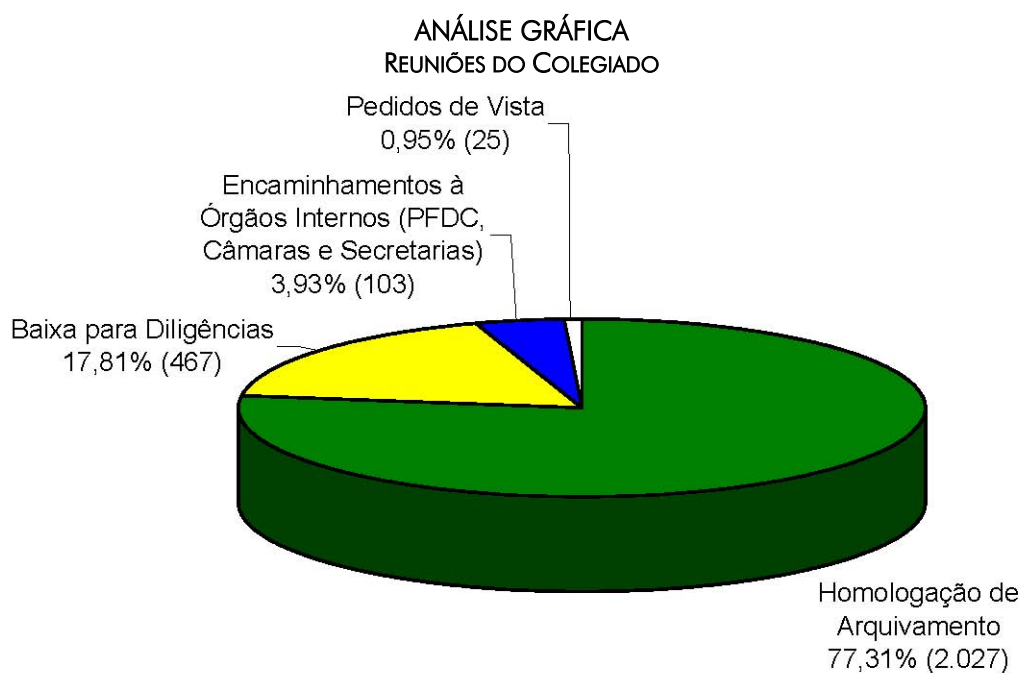
ANÁLISE GRÁFICA TEMAS MAIS FREQUENTES APRECIADOS PELA CÂMARA



2.2 REUNIÕES

No ano de 2005 a 5ª Câmara realizou 40 reuniões com os seguintes resultados:

Decisão	Procedimentos
Homologação de Arquivamento	2.027
Baixa para Diligências	467
Encaminhamentos à Órgãos Internos (PFDC, Câmaras e Secretarias)	103
Pedidos de Vista	25
TOTAL	2.622



2.3 REMESSA DE ACÓRDÃOS AUTADOS POR DESPACHO DO PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA

A 5ª Câmara direcionou às Unidades de Procuradorias os acórdãos do Tribunal de Contas da União dirigidas ao Procurador-Geral da República:

Remessa	Procedimentos
Remessas de procedimentos oriundos de documentos enviados pelo TCU (99%) e de outros órgãos (1%)	1.126
TOTAL	

2.4 PROCEDIMENTOS DISTRIBUÍDOS E RELATADOS PELOS MEMBROS

Foram distribuídos 3.142 procedimentos e relatados 2.494, não estando incluídos nesse número os procedimentos referentes ao TCU.

Necessário esclarecer que no total de procedimentos relatados está incluso saldo remanescente de procedimentos distribuídos no ano anterior.

ANO DE 2005

Membros Subprocurador(a)-Geral da República		Distribuídos	Vista	Relatados
Janeiro a Dezembro	Gilda Pereira de Carvalho	1.032	12	962
	Moacir Mendes Sousa	806	1	552
	Célia Regina Souza Delgado	934	2	512
	Haroldo Ferraz Nóbrega	208	7	265
	José Eduardo de Santana	102	0	113
	Brasilino Pereira dos Santos	60	3	90
TOTAL		3.142	25	2.494

Fonte: Atas de Reunião e Distribuição

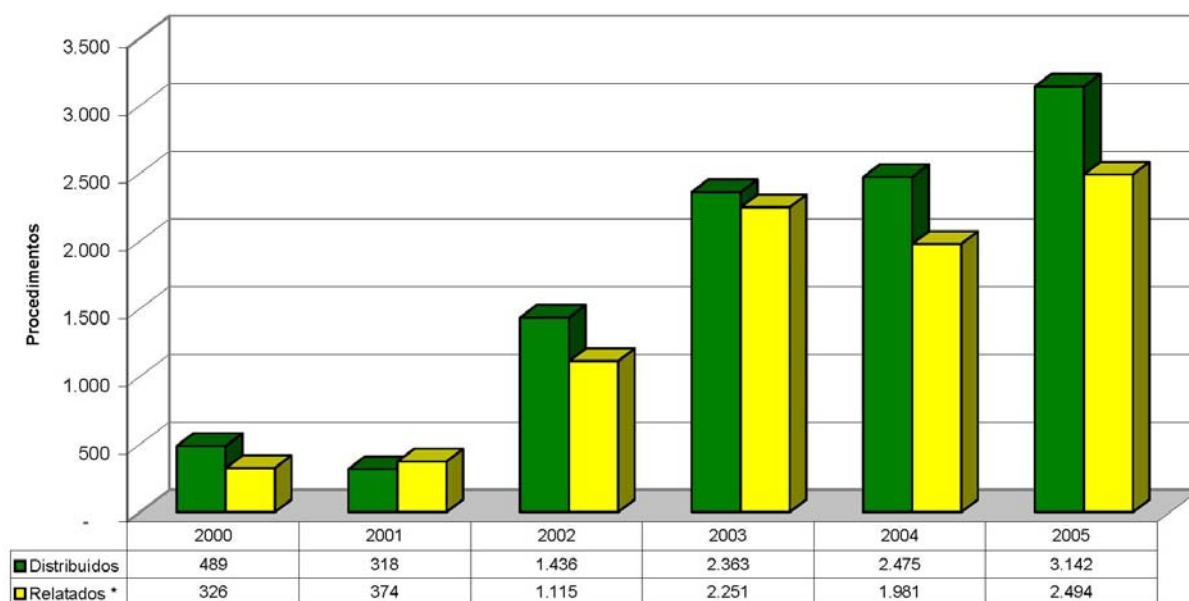
Procedimentos	Quantidade
Distribuídos	3.142
Relatados	2.494
TOTAL - Remanescente	648

Fonte: Atas de Reunião e Distribuição

Abaixo o fluxo de procedimentos distribuídos e relatados no período de 2000 a 2005:

2000	PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	Distribuídos	0	0	10	0	60	60	0	119	60	140	40	0	489
	Relatados	0	7	6	5	16	36	0	84	32	81	59	0	326
2001	PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	Distribuídos	0	0	50	0	0	0	0	6	40	180	42	0	318
	Relatados	0	16	34	72	47	7	0	11	29	66	64	28	374
2002	PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	Distribuídos	0	51	0	15	60	185	0	257	190	328	270	80	1.436
	Relatados	0	20	54	113	31	65	38	152	206	79	287	70	1.115
2003	PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	Distribuídos	0	328	300	336	144	264	0	432	239	200	120	0	2.363
	Relatados	0	153	173	118	95	535	113	284	152	258	255	115	2.251
2004	PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	Distribuídos	0	100	460	144	110	314	0	390	240	297	174	246	2.475
	Relatados	0	64	637	580	0	16	0	256	221	88	62	57	1.981
2005	PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	Distribuídos	0	204	336	238	228	300	108	426	306	324	474	198	3.142
	Relatados	0	193	180	176	381	199	216	153	193	271	254	278	2.494

Fonte: Atas de Reunião e Distribuição



*Observação: No quantitativo de procedimentos relatados foram considerados apenas aqueles efetivamente apreciados pela Câmara, não estando incluso no quantitativo aqueles procedimentos que a decisão foi de mero encaminhamento à Unidade de Procuradoria para as providências cabíveis.

2.5 FLUXO DE PROCEDIMENTOS

Em 2005, ingressaram na 5ª Câmara 4.050 procedimentos, incluídos os remetidos para análise técnica, bem como aqueles encaminhados pelo Tribunal de Contas da União (vide item 2.3). No mesmo período, 3.672 foram expedidos. Para melhor compreensão destes números e da evolução do fluxo no ano de 2005, apresenta os seguintes quadros e gráficos:

2005	PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	Recebidos	0	204	336	238	228	300	108	426	306	324	474	198	3.142
	Expedidos	0	193	180	176	381	199	216	153	193	271	254	278	2.494

Fonte: Secretaria de 5ª CCR

2.6 EXPEDIENTES DA SECRETARIA

Correspondências Recebidas	
TOTAL	2.817

Fonte: Secretaria da 5ª CCR

Correspondências Expedidas	
Ofícios	4.308
Ofícios-Circulares	7
Memorandos	246
TOTAL	4.561

Fonte: Secretaria da 5ª CCR

E-mails Recebidos	
5camara@pgr.mpf.gov.br	801
5ccrati@pgr.mpf.gov.br*	593
TOTAL	1.394

Fonte: Setor de Informação e Documentação

*Solicitações de cadastramento, reativação de senhas e plantão de dúvidas para os sistemas informatizados administrados pela Câmara.

Relação de E-mails Recebidos e Encaminhados em 2005 5camara@pgr.mpf.gov.br	
Assunto	Quantidade
I- Temas Principais	
Bens Públicos	24
Desapropriação	4
Concursos Públicos	17
Servidores	30
Licitação	9
Obras Públicas	4
Educação	4
Saúde	6
Improbidade	62
Verbas Públicas	86
Subtotal I	246
II- Outros Temas	
Diversos*	25
Elogios à Câmara e perguntas sobre a atuação do MPF	3
News Letters	233
Treinamentos & Eventos	69
Sistemas informatizados	4
SPAMs	221
Subtotal II	555
TOTAL	801

*O tema diversos abrange os seguintes assuntos: mega sena, sonegação fiscal, apologia ao crime, bolsa universitária, convênios, desarquivamento de procedimentos, cadastro na base de dados, entre outros.



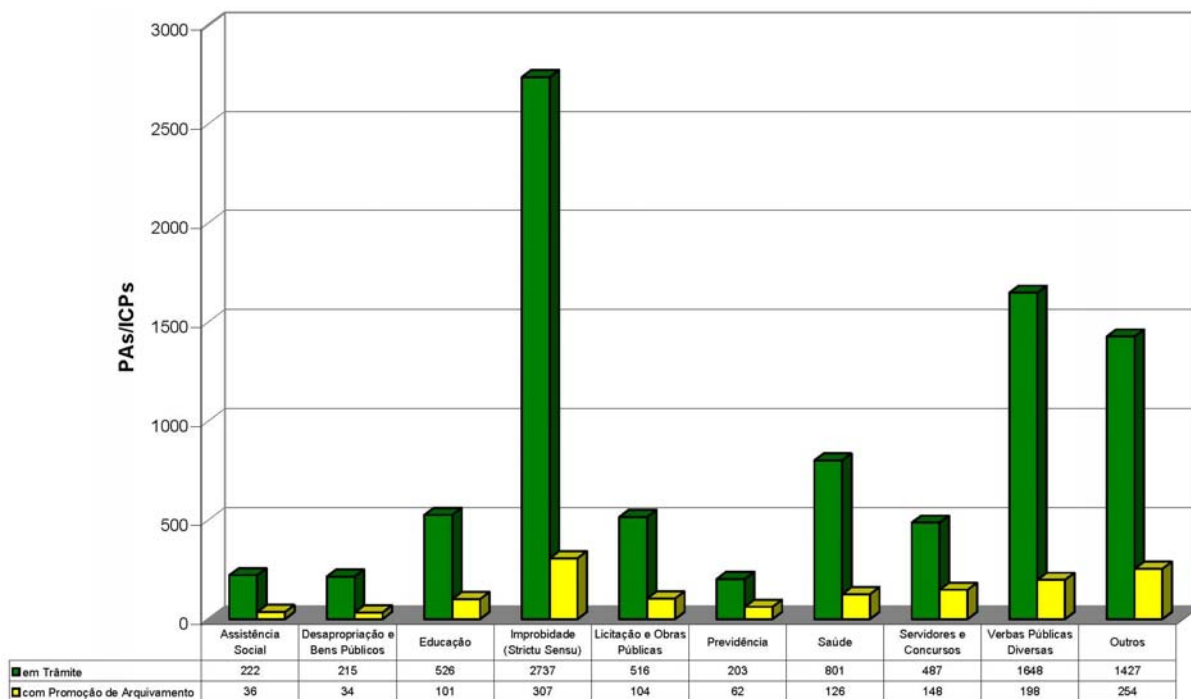
3. ATUAÇÃO DOS MEMBROS NA ÁREA TEMÁTICA

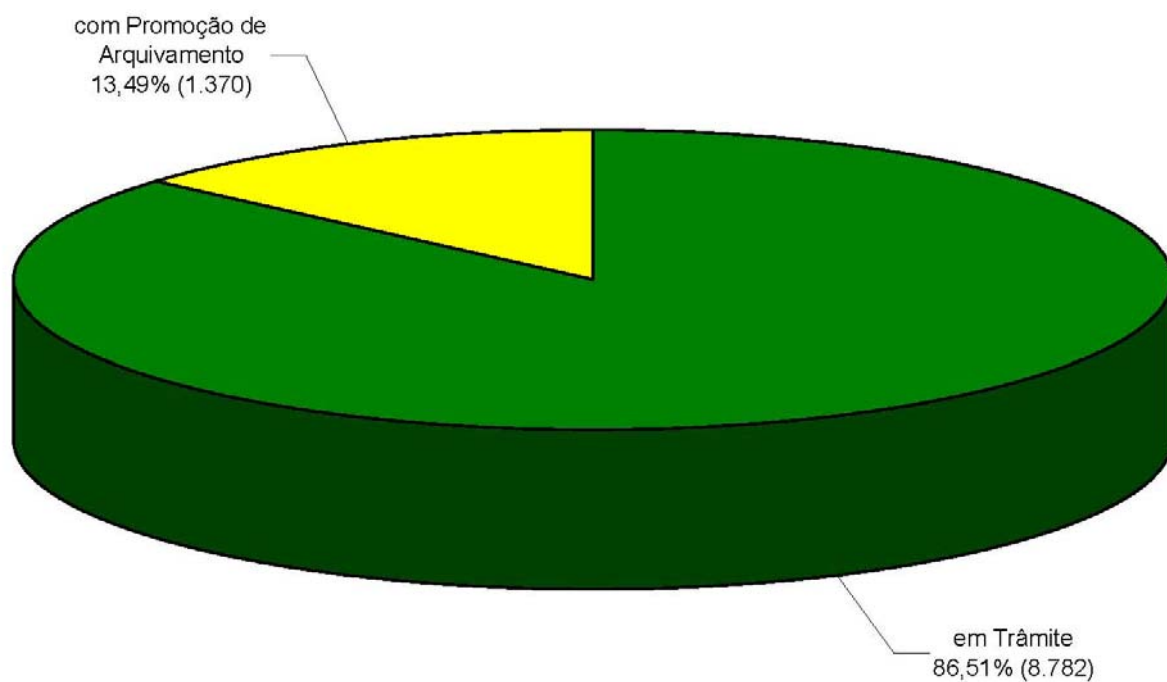
3.1 MODO DE ATUAÇÃO: EXTRAJUDICIAL E JUDICIAL

3.1.1 ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL POR MATÉRIA: PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Matéria	Situação		TOTAL
	Quantidade em Trâmite	Quantidade com Promoção de Arquivamento	PAs/ICPs - 2005
Assistência Social	222	36	258
Desapropriação e Bens Públicos	215	34	249
Educação	526	101	627
Improbidade (<i>Strictu Sensu</i>)	2.737	307	3.044
Licitação e Obras Públicas	516	104	620
Previdência	203	62	265
Saúde	801	126	927
Servidores e Concursos	487	148	635
Verbas Públicas Diversas	1.648	198	1.846
Outros	1.427	254	1.681
TOTAL	8.782	1.370	10.152

Fonte: Respostas ao Ofício-circular nº 02/2006





3.1.2 PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS POR ESTADO DA FEDERAÇÃO E REGIONAL

Unidade MPF		PAs/ICPs
PRR1		1.109
PRR2		0
PRR3		15
PRR4*		0
PRR5		86
PR Alagoas	AL	245
PR Amazonas	AM	338
PRM Tabatinga	AM	48
PR Amapá	AP	77
PR Bahia	BA	286
PR Ceará	CE	784
PRM Limoeiro	CE	46
PR Distrito Federal	DF	585
PR Espírito Santo	ES	43
PRM Colatina	ES	6
PRM São Mateus	ES	19
PR Goiás	GO	629
PR Maranhão	MA	443
PR Minas Gerais	MG	553
PRM Juiz de Fora	MG	18
PRM Passos	MG	36
PR Mato Grosso do Sul	MS	250
PRM Dourados	MS	46
PRM Três Lagoas	MS	23
PR Mato Grosso	MT	131
PR Paraíba	PB	213
PR Pernambuco	PE	446
PR Piauí	PI	404
PR Paraná	PR	86

continua...

...continuação

Unidade MPF		PAs/ICPs
PRM Cascavel	PR	6
PRM Francisco Beltrão	PR	22
PRM Guarapuava	PR	17
PRM Londrina	PR	79
PRM Maringá	PR	16
PRM Pato Branco	PR	14
PRM Ponta Grossa	PR	57
PR Rio de Janeiro	RJ	450
PRM Niterói	RJ	49
PRM Nova Friburgo	RJ	69
PRM Petrópolis	RJ	13
PRM Resende	RJ	28
PRM Três Rios	RJ	20
PR Rio Grande do Norte	RN	283
PR Rondônia	RO	95
PR Roraima	RR	90
PR Rio Grande do Sul	RS	122
PRM Bagé	RS	28
PRM Bento Gonçalves	RS	15
PRM Lageado	RS	14
PRM Passo Fundo	RS	39
PRM Pelotas	RS	30
PRM Santa Cruz do Sul	RS	22
PRM Santa Maria	RS	22
PRM Uruguiana	RS	34
PR Santa Catarina	SC	115
PRM Criciúma	SC	26
PRM Joaçaba	SC	4
PRM Tubarão	SC	21
PR Sergipe	SE	170
PR São Paulo	SP	302
PRM Assis	SP	13
PRM Jales	SP	9
PRM Jaú	SP	10
PRM Marília	SP	20
PRM Ourinhos	SP	26
PRM Piracicaba	SP	15
PRM Presidente Prudente	SP	47
PRM Santo André	SP	12
PRM Santos	SP	204
PRM São Carlos	SP	23
PRM São João da Boa Vista	SP	7
PRM São José do Rio Preto	SP	44
PRM São José dos Campos	SP	48
PRM Sorocaba	SP	71
PR Tocantins	TO	366
TOTAIS		10.152

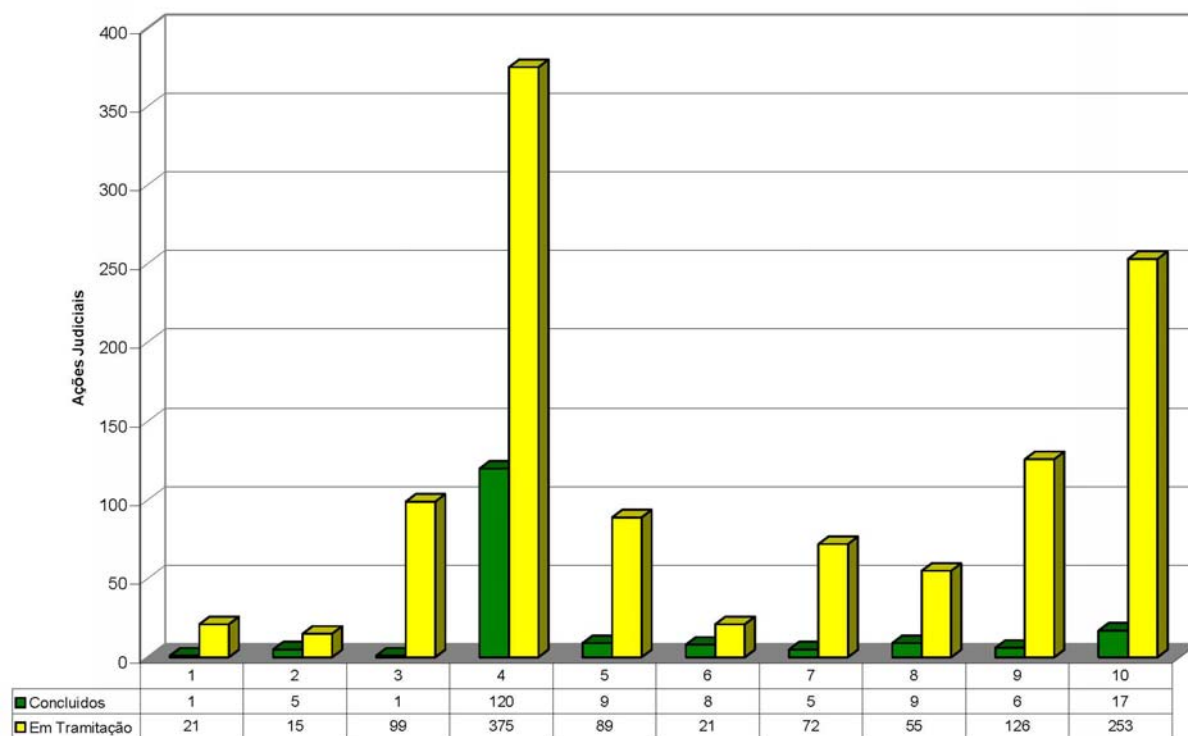
Fonte: Respostas ao Ofício-circular nº 02/2006

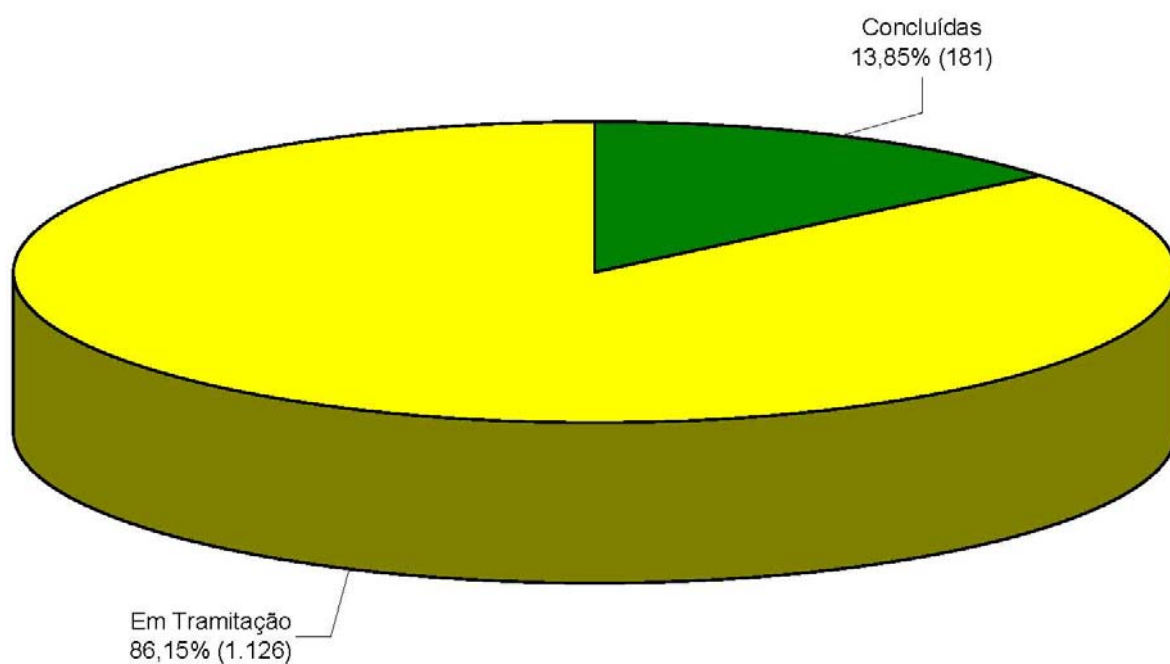
*Inexistem dados em face da Declaração de Inconstitucionalidade da Lei nº 10.628/02 pelo TRF/4ª Região

3.1.3 ATUAÇÃO POR MATÉRIA: AÇÕES JUDICIAIS

	Subtotal I	Subtotal II	TOTAL
	(Concluídos)	(Em Tramitação)	
Assistência Social	1	21	22
Desapropriação e Bens Públicos	5	15	20
Educação	1	99	100
Improbidade (<i>Strictu Sensu</i>)	120	375	495
Licitação e Obras Públicas	9	89	98
Previdência	8	21	29
Saúde	5	72	77
Servidores e Concursos	9	55	64
Verbas Públicas Diversas	6	126	132
Outros	17	253	270
TOTAL	181	1.126	1.307

Fonte: Respostas ao Ofício-circular nº 02/2006





3.1.4 ATUAÇÃO JUDICIAL DO MPF POR ESTADO DA FEDERAÇÃO E REGIONAL

Unidade MPF		Ações Judiciais
PRR1		0
PRR2		22
PRR3		222
PRR4*		0
PRR5		6
PR Alagoas	AL	3
PR Amazonas	AM	36
PRM Tabatinga	AM	8
PR Amapá	AP	24
PR Bahia	BA	53
PR Ceará	CE	135
PRM Limoeiro	CE	0
PR Distrito Federal	DF	110
PR Espírito Santo	ES	16
PRM Colatina	ES	4
PRM São Mateus	ES	12
PR Goiás	GO	17
PR Maranhão	MA	87
PR Minas Gerais	MG	56
PRM Juiz de Fora	MG	1
PRM Passos	MG	0
PR Mato Grosso do Sul	MS	7
PRM Dourados	MS	0
PRM Três Lagoas	MS	2
PR Mato Grosso	MT	45
PR Paraíba	PB	7
PR Pernambuco	PE	63
PR Piauí	PI	89
PR Paraná	PR	3
PRM Cascavel	PR	2

continua...

...continuação

Unidade MPF		Ações Judiciais
PRM Francisco Beltrão	PR	1
PRM Guarapuava	PR	97
PRM Londrina	PR	1
PRM Maringá	PR	0
PRM Pato Branco	PR	0
PRM Ponta Grossa	PR	7
PR Rio de Janeiro	RJ	11
PRM Niterói	RJ	2
PRM Nova Friburgo	RJ	1
PRM Petrópolis	RJ	2
PRM Resende	RJ	0
PRM Três Rios	RJ	0
PR Rio Grande do Norte	RN	8
PR Rondônia	RO	1
PR Roraima	RR	38
PR Rio Grande do Sul	RS	14
PRM Bagé	RS	1
PRM Bento Gonçalves	RS	5
PRM Lageado	RS	1
PRM Passo Fundo	RS	3
PRM Pelotas	RS	3
PRM Santa Cruz do Sul	RS	4
PRM Santa Maria	RS	0
PRM Uruguaiana	RS	0
PR Santa Catarina	SC	1
PRM Criciúma	SC	1
PRM Joaçaba	SC	1
PRM Tubarão	SC	2
PR Sergipe	SE	10
PR São Paulo	SP	16
PRM Assis	SP	3
PRM Jales	SP	1
PRM Jaú	SP	0
PRM Marília	SP	12
PRM Ourinhos	SP	2
PRM Piracicaba	SP	2
PRM Presidente Prudente	SP	7
PRM Santo André	SP	0
PRM Santos	SP	0
PRM São Carlos	SP	1
PRM São João da Boa Vista	SP	1
PRM São José do Rio Preto	SP	0
PRM São José dos Campos	SP	0
PRM Sorocaba	SP	0
PR Tocantins	TO	17
TOTAIS		1.307

Fonte: Respostas ao Ofício-circular nº 02/2006

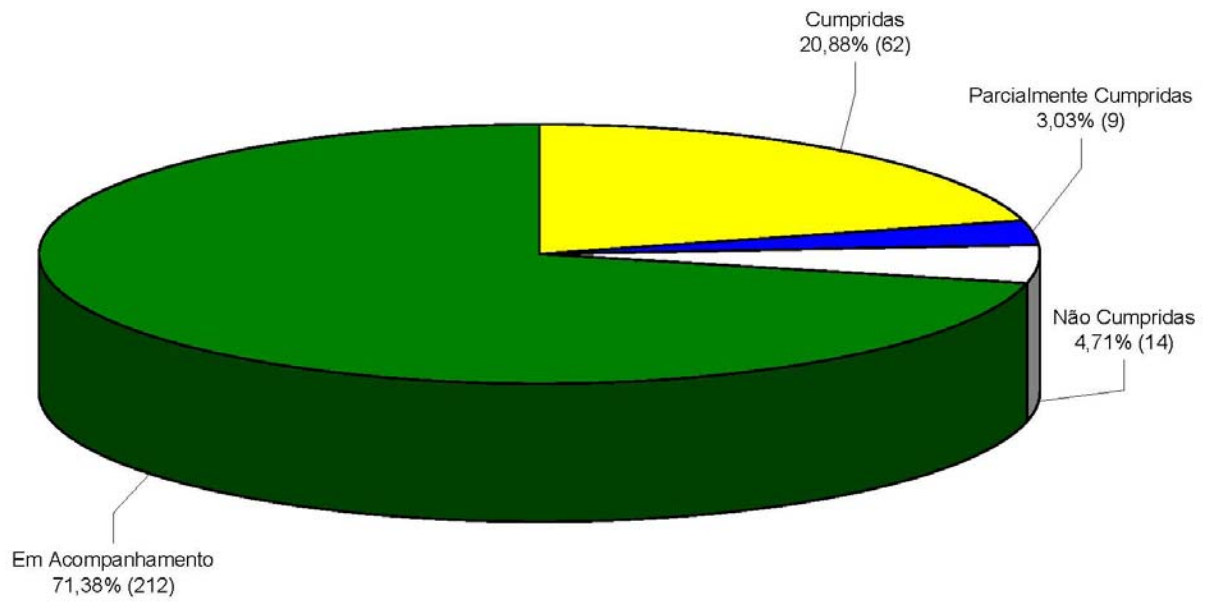
*Inexistem dados em face da Declaração de Inconstitucionalidade da Lei nº 10.628/02 pelo TRF/4ª Região

3.1.5 SITUAÇÃO E RESULTADOS: ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

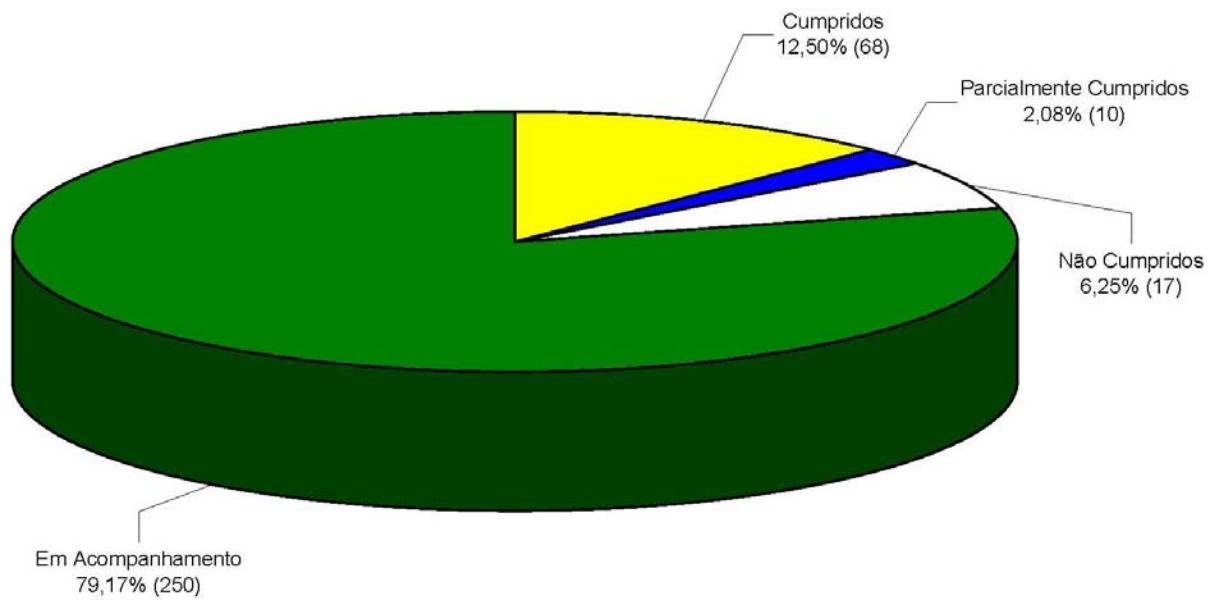
		Cumpridos(as)	Parcialmente Cumpridos(as)	Não Cumpridos(as)	Em Acompanhamento	TOTAIS
Recomendações	Assistência Social	2	1	0	4	7
	Desapropriação e Bens Públicos	3	1	2	10	16
	Educação	5	0	3	12	20
	Improbidade (<i>Strictu Sensu</i>)	4	0	0	22	26
	Licitação e Obras Públicas	7	3	3	13	26
	Previdência	2	0	0	10	12
	Saúde	3	1	0	39	43
	Servidores e Concursos	13	0	1	16	30
	Verbas Públicas Diversas	14	2	1	58	75
	Outros	9	1	4	28	42
	Subtotal I	62	9	14	212	297
TACs	Assistência Social	0	0	0	2	2
	Desapropriação e Bens Públicos	0	0	0	4	4
	Educação	0	0	0	4	4
	Improbidade (<i>Strictu Sensu</i>)	0	0	0	0	0
	Licitação e Obras Públicas	0	1	0	0	1
	Previdência	0	0	0	0	0
	Saúde	0	0	0	4	4
	Servidores e Concursos	1	0	0	12	13
	Verbas Públicas Diversas	1	0	3	5	9
	Outros	4	0	0	7	11
	Subtotal II	6	1	3	38	48
TOTAL (I+II)		68	10	17	250	345

Fonte: Respostas ao Ofício-Circular nº 02/2006

ANÁLISE GRÁFICA RECOMENDAÇÕES



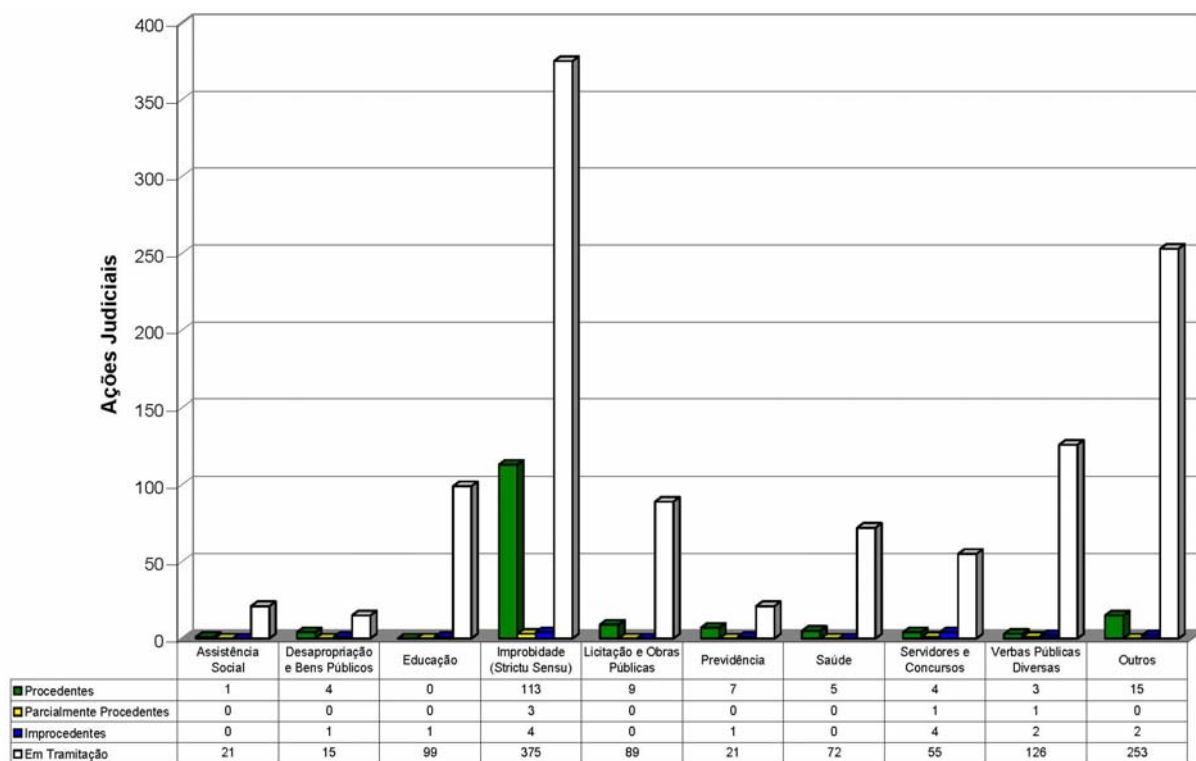
ANÁLISE GRÁFICA TACs

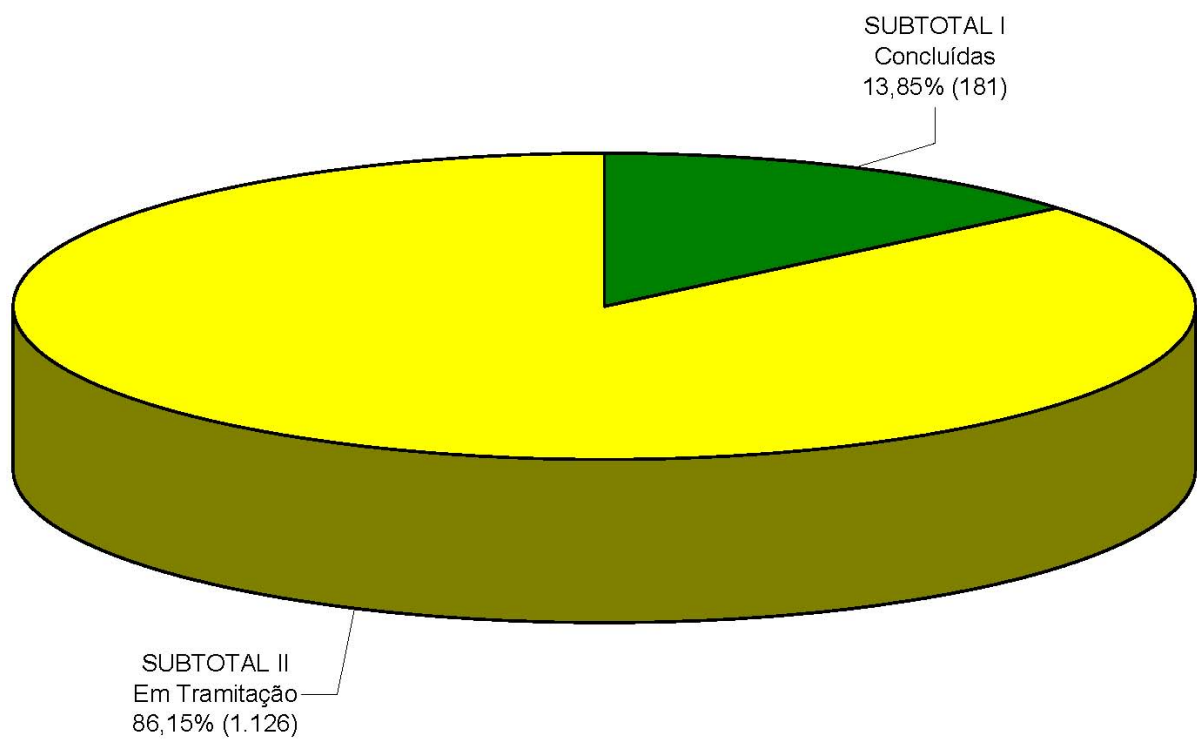


3.1.6 SITUAÇÃO E RESULTADOS: ATUAÇÃO JUDICIAL

		Procedentes	Parcialmente Procedentes	Improcedentes	Subtotal I (Concluídas)	Subtotal II (Em Tramitação)	TOTAL
Ações Judiciais	Assistência Social	1	0	0	1	21	22
	Desapropriação e Bens Públicos	4	0	1	5	15	20
	Educação	0	0	1	1	99	100
	Improbidade (Strictu Sensu)	113	3	4	120	375	495
	Licitação e Obras Públicas	9	0	0	9	89	98
	Previdência	7	0	1	8	21	29
	Saúde	5	0	0	5	72	77
	Servidores e Concursos	4	1	4	9	55	64
	Verbas Públicas Diversas	3	1	2	6	126	132
	Outros	15	0	2	17	253	270
TOTAL		161	5	15	181	1.126	1.307

Fonte: Respostas ao Ofício-Circular nº 02/2006







4. EVENTOS REALIZADOS

4.1 VII ENCONTRO NACIONAL

Tema: A DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL: Relações Interinstitucionais e Parcerias

4.1.1 PROGRAMA

27.09.05 (terça-feira)

- 9h00 – Abertura do Encontro pelo Procurador-Geral da República.
- 9h15 – Mesa redonda: Relações interinstitucionais. A cooperação entre os Ministérios Públicos como eficiente instrumento de trabalho.
Presidente: Antonio Fernando Barros e Silva de Souza – Procurador-Geral da República
Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça – Dr. Francisco Sales de Albuquerque.
Vice-Procurador Geral de Justiça do MPDFT – Dr. José Firmo Reis Soub
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – Dr..Nicolau Dino de Castro e Costa Neto
Presidente da Associação Paranaense do Ministério Público – Dra. Maria Tereza Uille Gomes
Relatora: Denise Vinci Tulio – Procuradora Regional da República – Procuradora-Chefe da PRR1
- Perguntas escritas dos Participantes.
- Intervalo: 10 minutos
- 11h00 - Palestra: Aplicabilidade das noções de indicadores, metas, programas, planos, medidores de eficiência, eficácia e resultados nos trabalhos realizados pelo Ministério Público Federal.
Palestrante: Flávio Popinigis – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - EMBRAPA.
Moderador: Carlos Frederico Santos – Procurador Regional da República - Secretário Geral do Ministério Público Federal.
Relator: Carlos Alberto Lima – Assessor da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão
- Perguntas escritas dos Participantes
- 12h00 – Apresentação do Curso “Atuação do MPF com base na Lei 8.429/92” parceria da 5ª CCR com a ESMPU.
Apresentadora: Samantha Chantal Dobrowolski – Procuradora Regional da República – Coordenadora pela 5ªCCR do curso à distância
Moderador: Hindemburgo Chateaubriand P. Diniz Filho – Procurador Regional da República – Diretor de Pós-graduação e Pesquisa da ESMPU
Perguntas escritas dos Participantes
- Almoço 12h45
- 14h00 - Palestras: A parceria com ONGs no combate à corrupção.

Palestrante: Dr. Cláudio Abramo – Diretor Executivo da Transparência Brasil
Palestrante: Dra. Selene Peres Peres Nunes – Assessora de Política Fiscal e Orçamentária do Instituto de Estudos Sociais - INESC
Moderadora: Márcia Noll Barboza – Procuradora da República
Relator: Ramiro Rockenbach da Silva – Procurador da República

- Perguntas escritas dos Participantes

- 15h30 – GRUPOS DE TRABALHO

1º Grupo: A cooperação entre os Ministérios Públicos e entre os membros do MPF como fator de eficiência de atuação.

Coordenadora: Denise Vinci Túlio – Procuradora Regional da República - Procuradora Chefe da PRR1

Relatora: Márcia Noll Barbosa – Procuradora da República

Manual de procedimento:

2º Grupo: Visão introdutória do Planejamento e Sistemática de Monitoração e Avaliação”

Expositor: Dr. Luciano Rodrigues Maia Pinto – Gerente de Projeto do Departamento de Programas de Gestão do Ministério do Planejamento

Moderadora: Mônica Nicida Garcia – Procuradora Regional da República

Relatora: Samantha Chantal Dobrowolski – Procuradora Regional da República

Conclusões:

3º Grupo: A Parcerias do MPF com as Universidades na elaboração de laudos técnicos, avaliações fundiárias e na prestação de consultorias.

Expositor: Professor Doutor Sílvio Quezado – Decano de Extensão da UNB

Moderadora: Maria Soares Camelo Cordioli – Procuradora Regional da República

Relator: Marcelo Alves Dias de Souza – Procurador da República

Conclusões:

4º Grupo: 1)Mecanismos de transferência de recursos do FUNDEF e os controles realizados pelos órgãos executores e fiscalizadores. 2)A parceria com o FNDE. Controle dos recursos destinados à educação. Conselhos de acompanhamento e controle social.

1)Expositor: Vander Oliveira Borges – Coordenador-Geral do Departamento

2)Expositor: Marly Librelon Pires – Procuradora Federal e o Senhor Ivan Jadovisk – Auditor-Chefe

Moderador: Carlos Henrique Martins Lima – Procurador da República

Relator: Sergei Medeiros Araújo – Procurador da República

Manual de procedimento:

5º Grupo: Núcleos da Tutela e a sua integração e estratégia para alcance de resultados.

Expositor: PRR1 – Dr. Antonio Carlos Alpino Bigonha – Procurador Regional da República – Coordenador do NIDCIN

Expositor: Núcleo STJ: Dr. Aurélio Veiga Rios – Subprocurador – Geral da República – membro do Núcleo criado pela Res. 33/93

Coordenador: Antonio Carlos Fonseca da Silva – Subprocurador – Geral da República – membro do Núcleo criado pela Res. 33/93

Relatora: Isabel Cristina Groba Vieira – Procuradora Regional da República

Conclusões:

- Intervalo: 10 minutos

- 17h30 – PLENÁRIA - Para aprovação das conclusões e das propostas de manuais de procedimentos.
Coordenadora: Mônica Nicida Garcia – Procuradora Regional da República
Relatora: Maria Soares Camelo Cordioli – Procuradora Regional da República

28/09/2005 (quarta-feira)

- 9h00 - Palestra: A parceria com o TCU. Seletividade de casos. A improbidade administrativa.
Palestrante: Ministro Adilson Mota – Presidente do Tribunal de Contas da União
Moderadora: Eliana Peres Torelly de Carvalho – Procuradora Regional da República
Relator: Carlos Fernando Mazzoco – Procurador da República
- Perguntas escritas dos Participantes
- 10h30 – Palestra: A parceria com a CGU. Corrupção dos agentes públicos/políticos. Atuação a partir dos relatórios da CGU. Auditoria interna dos Ministérios. Delegacia do controle interno.
Palestrante: Dr. Valdir Agapito Teixeira – Secretário Federal de Controle Interno
Moderador: Antonio Carlos Alpino Bigonha – Procurador Regional da República
Relator: Uiarandyr Tenório de Oliveira – Procurador Regional da República
- Perguntas escritas dos Participantes
- Intervalo: 10 minutos
- 12h00 - Avaliação do que foi feito. Instrumentos de trabalho do MPF: Listas de Discussão, teleconferência, fórum eletrônico, banco de dados.
Membros da 5ª CCR – Membros Titulares: Gilda Pereira de Carvalho (Coordenadora), Moacir Mendes Sousa, Célia Regina Souza Delgado. Membros Suplentes: Haroldo Ferraz da Nóbrega, José Eduardo de Santana.- Subprocuradores – Gerais da República
Relator: Carlos Wagner Barbosa Guimarães – Procurador da República - Procurador Chefe da PR/PI
- Perguntas escritas dos Participantes
- Almoço 12h45
- 14h00 – Palestra: A parceria com o Ministério da Saúde (Secretaria de Gestão Participativa). A parceria com o DENASUS. A nova Estrutura. Auditorias e Resultados.
Palestrante: A confirmar
Palestrante: Dr. Paulo Sérgio Nunes – Diretor do DENASUS
Moderador: Adailton Ramos do Nascimento – Procurador da República
Relator: Jessé Ambrósio dos Santos Júnior – Procurador da República
Manual de procedimento:
- Perguntas escritas dos Participantes
- 15h30 – GRUPOS DE TRABALHO

1º Grupo: Avaliação dos resultados. Instrumentos de trabalho do MPF: Listas de Discussão, teleconferência, fórum eletrônico, instrumentos para realização de metas, banco de dados.

Coordenador: Isabel Cristina Groba Vieira – Procuradora Regional da República

Relator: Carlos Wagner Barbosa Guimarães – Procurador da República

Conclusões:

2º Grupo: Proposta de procedimento na parceria com o TCU.

Coordenadora: Eliana Peres Torelly de Carvalho – Procuradora Regional da República

Relator: Carlos Fernando Mazzoco – Procurador da República

Manual de Procedimento:

3º Grupo: Proposta de procedimento na parceria com a CGU.

Coordenador: Antonio Carlos Alpino Bigonha – Procurador Regional da República

Relator: Uairandyr Tenório de Oliveira – Procurador Regional da República

Manual de procedimento:

4º Grupo: Proposta de procedimento na parceria com o Ministério da Saúde (Secretaria de Gestão Participativa) e DENASUS.

Coordenador: Adailton Ramos do Nascimento – Procurador da República

Relator: Jessé Ambrósio dos Santos Júnior - Procurador da República

Manual de procedimento:

5º Grupo: Proposta de procedimento na parceria com o INCRA. Desapropriações. Força tarefa.

Expositor: Dr. Valdez Adriane de Farias – Procurador-Geral do INCRA

Coordenador: Roberto Luís Opperman Thomé – Procurador Regional da República

Relatora: Cíntia Maria de Andrade – Procuradora da República

Manual de procedimento:

- Intervalo: 10 minutos

- 17h30 – PLENÁRIA

Coordenador: Nívio de Freitas Silva Filho Procurador Regional da República

Relator: André Stefani Bertuol – Procurador da República

29/09/2005 (quinta-feira)

- 9h00 – Palestra: A parceria com a Receita Federal. A nova Receita. Força tarefa.
Palestrante: Dr. Jorge Deher Rachid – Secretário Geral da Receita Federal
Moderadora: Raquel Branquinho M. P. Nascimento – Procuradora da República
Relator: Lauro Pinto Cardoso Neto – Procurador da República

- Perguntas escritas dos Participantes

- 10h30 – Palestra: A parceria com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF. A corrupção dos agentes públicos.
Palestrante: Dr. Antonio Gustavo Rodrigues – Presidente do COAF
Moderadora: Valquíria Oliveira Quixadá Nunes – Procuradora da República - Procuradora Chefe da PR/DF
Relator: Danilo Pinheiro Dias

- Perguntas escritas dos Participantes

- Intervalo: 10 minutos
- 12h00 – Palestra - Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e a proteção dos conhecimentos sensíveis nacionais.
Palestrante: Dr. Marcos Silvino – Coordenador de Planejamento de Proteção do Conhecimento da ABIN.
Moderador: Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Subprocurador-Geral da República - Coordenador Geral do CPSI.(Centro de Pesquisa e Seg. Institucional)
Relator: Bruno Caiado de Acioli – Procurador da República
- Perguntas escritas dos Participantes
- Almoço: 12h45
- 14h00 – Palestra: A parceria com a AGU. Combatendo a corrupção. O ressarcimento do erário público. A ação de Improbidade.
Palestrante: Dr. Moacir Antonio Machado da Silva – Procurador Geral da União
Moderador: Francisco Chaves dos Anjos Neto – Procurador Regional da República
Relator: Fredi Éverton Wagner – Procurador da República
- Perguntas escritas dos Participantes
- 15h30 – GRUPOS DE TRABALHO
- 1º Grupo: Da parceria com a Receita Federal. A corrupção dos agentes públicos. Força tarefa. Banco de Dados.
Coordenadora: Raquel Branquinho M. P. Nascimento - Procuradora da República
Relator: Lauro Pinto Cardoso Neto – Procurador da República
Manual de procedimento:
- 2º Grupo: Da parceria com o COAF. A corrupção dos agentes públicos.
Coordenadora: Valquíria Oliveira Quixadá Nunes – Procuradora da República – Procuradora-Chefe da PR/DF
Relator: Danilo Pinheiro Dias - Procurador da República
Manual de procedimento:
- 3º Grupo: Da parceria com a AGU. Do ressarcimento ao erário público. Da ação de Improbidade.
Coordenador: Francisco Chaves dos Anjos Neto – Procurador Regional da República
Relator: Fredi Éverton Wagner – Procurador da República
Manual de procedimento:
- 4º Grupo – Parcerias Públicas Privadas. Atuação do MPF nas privatizações.
Expositor: Dr. Maurício Moura Portugal – Coordenador da Unidade Parceria Público Privada do Ministério do Planejamento. (40 minutos)
Exposição audio-visual: Dra. Clarice Soraggi/Dr. Marcelo Costa – Federação das Associações dos Engenheiros mecânicos (20 minutos)
Expositor: Dr. Luís Cláudio Pereira Leivas (15 minutos) Procurador Regional da República
Coordenador: Hugo Gueiros Bernardes Filho – Procurador Regional da República
Relatora: Eliana Pires Rocha – Procuradora Regional da República
Conclusões:

5º Grupo: INSS – Parceria com o MPF. Combate à corrupção. Força Tarefa. Filantropia.

Expositor: Ministro Nelson Machado – Ministro da Previdência Social

Moderador: José Adônis Callou de Sá – Procurador Regional da República - Secretário do Concurso do MPF

Relator: José Alfredo de Paula Silva – Procurador da República

Conclusões/manual de procedimento:

- Intervalo: 10 minutos

- 17h30 – PLENÁRIA

Coordenadora: Isabel Cristina Groba Vieira – Procuradora Regional da República

Relator: Antonio Carlos Alpino Bigonha – Procurador Regional da República

4.1.2 INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Abaixo a relação das Instituições que participaram do VII Encontro Nacional:

⇒ Tribunal de Contas da União - TCU

⇒ Agência Brasileira de Inteligência – ABIN

⇒ Associação dos Engenheiros Ferroviários

⇒ Controladoria-Geral da União - CGU

⇒ Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS

⇒ Federação das Associações dos Engenheiros Mecânicos

⇒ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – MEC/FUNDEF

⇒ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – MEC/FNDE

⇒ Ministério da Previdência Social

⇒ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

⇒ Transparência Brasil

⇒ Universidade de Brasília - UnB

4.1.3 DESTAQUES DO VII ENCONTRO

A 5ª Câmara promoveu o seu VII Encontro com apenas 48 Procuradores que atuam na área temática, em face da disponibilidade orçamentária. O Encontro compôs-se de 25 palestras/ exposições e 15 grupos de trabalho, com 85 participantes e 22 servidores da 5ªCCR no apoio ao evento.

A mesa-redonda, composta pelo Procurador-Geral da República, pelo Presidente do Conselho dos Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil, pelo Presidente da ANPR, e pela Presidenta da Associação Paranaense do Ministério Público, foi uma interessante demonstração para os Participantes e Parceiros de como é importante a troca de idéias, de saberes e de informações.

As palestras e as exposições visaram colocar os Procuradores a par de como era vista, por outros Ministérios Públicos e pelas Parcerias, a possibilidade de

um trabalho mais cooperativo. Nos grupos de trabalho houve a discussão de como seria aperfeiçoado o relacionamento, focando-se a realização dos manuais de procedimentos, mas, em face da dinâmica de determinados grupos, foram produzidas também conclusões e sugestões, postergando-se para novo momento, a elaboração dos manuais.

Cumprir destacar que a Câmara assumiu o compromisso de aplicar e de levar ao conhecimento de todos, que atuam na área, a importância de ter sempre presentes os indicadores de eficiência, eficácia e efetividade, e para isto trouxe especialistas no assunto, de modo a também motivar a alimentação do banco de dados.

Registre-se a presença dos palestrantes/expositores convidados Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro da Previdência Social, Presidente do Conselho de Controle das Atividades Financeiras – COAF, Procurador-Geral da União, Procurador-Geral do INCRA, Secretário-Geral da Receita Federal, Secretário Federal de Controle, Diretor do Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS, Coordenador-Geral do Departamento de Políticas de Financiamento da Educação Básica do Ministério da Educação, Coordenador da Unidade Parceria Público Privada do Ministério do Planejamento, Coordenador de Planejamento de Proteção do Conhecimento da ABIN, Procuradora Federal do FNDE, Auditor-Chefe do FNDE, Gerente de Projeto do Departamento de Programas de Gestão do Ministério do Planejamento. Salienta-se ainda o comparecimento das ONGs, a Transparência Brasil, pelo seu Diretor Executivo e o Instituto de Estudos Sociais – INESC, da Universidade de Brasília, pelo seu Decanato de Extensão e do especialista da EMBRAPA em Indicadores de Desempenho.

4.1.4 RELATÓRIO FINAL DO VII ENCONTRO

As conclusões do VII Encontro Nacional foram organizadas em um relatório final composto por 3 livretos, estando o inteiro teor disponível na página da Câmara no link:

<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/eventos/encontros/VIIencontro/menuVIIencontro.htm>

Os três livretos foram encaminhados a todos os representantes da Câmara para doação à biblioteca de cada Unidade de Procuradoria, a fim de possibilitar o acesso de seu conteúdo a outros membros, servidores e público em geral.

4.2 SEMINÁRIO SOBRE O “CURSO DE APERFEIÇOAMENTO SOBRE A ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL E JUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA”

O “Curso de aperfeiçoamento sobre a atuação extrajudicial e judicial do Ministério Público na defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa” é resultado da aprovação pela Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU do projeto de evento encaminhado pela Câmara para realização desse curso sob a forma de ensino à distância, com a utilização do programa “eproinfo”, do Ministério da Educação.

O curso foi dividido em duas fases: 1ª parte presencial e 2ª parte não presencial, sendo coordenado pela Procuradora Regional da República da 4ª Região Samantha Chantal Dobrowolski.

A fase presencial foi realizada nos dias 24 e 25 de novembro de 2005, na ESMPU, e contou com a participação de 40 membros.

4.2.1 PROGRAMA – FASE PRESENCIAL

24.11.05 (quinta-feira)

- 9h00 - Abertura: Diretora-Geral da ESMPU, com a presença dos membros da 5ª Câmara do Patrimônio Público e Social.
- 9h30 às 11h30 - Palestra de uma hora e, em seguida, estudo de casos concretos ou prática dos conceitos.
Palestrante: Ministro do STJ, Dr. Teori Albino Zavascki
Tema: Atuação judicial contra a impunidade administrativa.
- 11h30 – Intervalo de 10 minutos
- 11h40 às 12h20 - Expositores: Procuradora Regional da República Dra. Samantha Dobrowolski e o Assessor de Informática Maurício Fávero. Tema: Objetivos e metodologia geral do curso e apresentação do EPROINFO
- 12h20 - Almoço
- 14h00 às 16h00 – Palestra de uma hora e, em seguida, estudo de casos concretos ou prática dos conceitos.
Palestrante: Promotor de Justiça em São Paulo, Dr. Wallace Martins Paiva.
Tema: Improbidade administrativa: Atribuição da responsabilidade, aplicação das sanções e prescrição.
- 16h00 – Intervalo de 10 minutos
- 16h10 às 18h10 - Palestra de uma hora e, em seguida, estudo de casos concretos ou prática dos conceitos.
Palestrante: Presidente do IBDA e Prof. da UFPR, Dr. Romeu Felipe Bacelar Filho
Tema: O controle da administração no direito brasileiro e caracterização geral da improbidade administrativa.

25.11.2005 (sexta-feira)

- 9h00 às 11h00 - Palestra de uma hora e, em seguida, estudo de casos concretos ou prática dos conceitos.
Palestrante: Procuradora de Justiça no MPDFT, Dra. Suzana Vidal de Toledo Barros
Tema: Ato de improbidade e crime de responsabilidade. Conceitos e distinções.
- 11h00 – Intervalo de 10 minutos
- 11h10 às 13h00 – Palestra de uma hora e, em seguida, estudo de casos concretos ou prática dos conceitos.

Palestrante: Subcontrolador-Geral da União, Dr. Jorge Hage Sobrinho
Tema: Cooperação entre o Ministério Público e os órgãos públicos contra a improbidade administrativa.

- 13h00 - Almoço
- 14h00 às 16h00 – Palestra de uma hora e, em seguida, estudo de casos concretos ou prática dos conceitos.
Palestrante: Promotor de Justiça em Alagoas, Dr. George Sarmiento
Tema: Tipos de improbidade administrativa e efeitos da condenação.
- 16h00 - Intervalo de 10 minutos
- 16h10 às 18h10 – Palestra de uma hora e, em seguida, estudo de casos concretos ou prática dos conceitos.
Palestrante: Advogado e Consultor Jurídico. Dr. Marcelo Figueiredo
Tema: O princípio da probidade administrativa e sua máxima efetividade e os sujeitos do ato de improbidade administrativa.

4.3 OUTROS EVENTOS

4.3.1 REUNIÃO DOS MODERADORES DAS LISTAS DE DISCUSSÃO

Os moderadores¹ das listas de discussão da saúde, educação, licitação e obras públicas, bens públicos e desapropriação, concurso público e servidores e cinco representantes² da Câmara reuniram-se nos dias 09 e 10 de junho de 2005 para discutir e deliberar sobre o uso das listas de discussão, videoconferência, fórum eletrônico, *messenger* como instrumentos de trabalho e a importância do banco de dados.

As conclusões da reunião foram, resumidamente, as seguintes:

- a) LISTAS DE DISCUSSÃO: ficou reconhecida a importância das listas de discussão, devendo ser incentivado o uso dessa ferramenta e promovida sua divulgação;
- b) BANCO DE DADOS DE INTEIRO TEOR - para a constante atualização dos dados, ficou decidido sugerir às diversas unidades o estabelecimento de uma rotina de alimentação automática do banco de dados da 5ª CCR/MPF;
- c) ROTINA DE REGISTROS DE AÇÕES E PROCEDIMENTOS - verificação junto à Secretaria de Informática do MPF se existe sistema atual ou em fase de iminente implantação que permita alimentar dados relacionados à tramitação das ações e procedimentos nas diversas unidades do MPF no país.

A íntegra da ata desta reunião está disponível na página da Câmara no link:

<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/publicacoes/publicacoes/menuoutraspublicacoes.htm>

¹ Os Procuradores Regionais da República: Mônica Nicida Garcia, Marlon Alberto Weichert, Isabel Cristina Groba Vieira, Roberto Luís Oppermann Thomé e Samantha Chantal Dobrowolski.

² Procuradores da República: Márcia Noll Barboza, Carlos Wagner Barbosa Guimarães, Carlos Fernando Mazzoco e Suzana Fairbanks Lima de Oliveira, Márcio de Andrade Torres.

4.3.2 PARTICIPAÇÃO NO IV FÓRUM GLOBAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO

O IV Fórum Global de Combate à Corrupção foi realizado nos dias 08, 09 e 10 de junho de 2005, tendo a coordenadora da 5ª CCR presidido o Painel “Cumprimento da Lei” e apresentou relatório sobre a atuação judicial do MPF. Também foram expositoras as representantes da Câmara Isabel Cristina Groba Vieira, PRR3, Mônica Nicida Garcia – PRR3 com o tema “A cooperação internacional no caso de desvio das verbas na construção do Fórum Trabalhista de São Paulo”; Márcia Noll Barboza, PRRS, com o tema “A implementação de um sistema de prevenção de conflitos de interesses” e Raquel Branquinho, PRDF, com o tema “Licitações Públicas, particularidades e especificidades”, no Painel Experiências Brasileiras no Combate à Corrupção.

4.3.3 DELEGAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

No dia 30 de novembro de 2005 a Câmara recebeu a delegação de Moçambique, composta por seis membros do Ministério Público daquele país e dois investigadores/formadores do Centro de Formação Jurídica e Judiciária. Nessa ocasião, a Coordenadora da 5ªCCR apresentou as atividades realizadas pela Câmara e destacou a atuação do Ministério Público Federal na defesa do patrimônio público e social.

4.3.4 PROJETOS DE EVENTOS PARA O ANO DE 2006

A Coordenadora ofereceu à Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU os seguintes projetos de eventos para o ano de 2006:

- a) Curso de “Aperfeiçoamento Sobre a Atuação Extrajudicial e Judicial do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa”;
- b) Mesa Científica sobre as “Regras Básicas Para Funcionamento da Força Tarefa no Âmbito do MPF”;
- c) Curso de “Atualização Pericial Para Contadores e Economistas da MPF”;
- d) Curso sobre a “Metodologia Para a Realização de Perícias em Obras Públicas do MPF”;
- e) Mesa Científica sobre a “Imprescritibilidade ou Prescritibilidade da Ação de Ressarcimento ao Erário Público”;
- f) Mesa Científica: “Perguntas e Respostas Sobre Improbidade Administrativa”.
- g) Mesa Científica: Regulamentação do Procedimento Administrativo Civil



5. HOME PAGE

5.1 INTRANET

5ª Câmara de Coordenação e Revisão Patrimônio Público e Social

OPÇÕES PRINCIPAIS

- APRESENTAÇÃO
- ATAS E PAUTAS
- BASE DE DADOS
- BIBLIOGRAFIA
- CATÁLOGO DE AÇÕES
- COMPOSIÇÃO
- COMUNICADOS
- CONVÊNIOS E SISTEMAS
- ENUNCIADOS
- EVENTOS
- FALE CONOSCO
- FÓRUM
- INFORMAÇÕES TÉCNICAS
- JURISPRUDÊNCIA
- LEGISLAÇÃO
- LINKS
- LISTAS DE DISCUSSÃO
- PUBLICAÇÕES
- SISTEMAS INFORMATIZADOS

APRESENTAÇÃO

Compete à 5ª Câmara, conforme o art. 62 da Lei Complementar nº 75/93, a função de coordenação, integração e revisão do exercício funcional dos membros que atuam na área temática do Patrimônio Público e Social e Improbidade Administrativa relacionada a questões federais. A 5ª Câmara visa, na coordenação, uma atuação articulada. Na integração, o compartilhamento dos conhecimentos e informações sobre determinada matéria e a cooperação para consecução das atividades, e na revisão atentando para a elaboração de enunciados que venham a dissipar dúvidas e a ensejar mais rápida atuação.

Os membros que atuam na área temática da 5ª Câmara, na função extrajudicial e judicial, estão lotados nas Procuradorias da República nos Estados, nas Procuradorias Regionais da República das cinco Regiões com sede, em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco, e na Procuradoria-Geral da República, agem de ofício, ou por provocação das autoridades, órgão públicos, órgãos não governamentais e dos cidadãos.

A 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal é um órgão colegiado, composto por seis membros escolhidos pelo Conselho Superior e pelo Procurador-Geral da República, dentre Subprocuradores-Gerais, preferencialmente, sendo três titulares e três suplentes, sendo um deles o coordenador, que exerce as funções executivas da Câmara.

A 5ª Câmara tem setores de apoio às atividades institucionais, compreendendo os setores: pericial, jurídico, informação e documentação e a secretaria. O primeiro, composto por analistas periciais, que realizam perícias e informações para os membros que atuam na área temática, preferencialmente; o segundo, que auxilia os membros da Câmara na produção dos votos; o terceiro que cuida da atualização e veiculação na página da Câmara das informações técnico-jurídicas, do informativo, dos sistemas de cadastro; e a secretaria que cuida da tramitação dos procedimentos e expedientes diversos.

SAF Sul Quadra 4 Conjunto C Bloco B Sala 305 – CEP: 70050-900 – Brasília/DF Fones: (61) 3031-6063/6064 | Fax: (61) 3031-6123

5.2 INTRANET

Bem Vindo a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão MPF

APRESENTAÇÃO

Compete à 5ª Câmara, conforme o art. 62 da Lei Complementar nº 75/93, a função de coordenação, integração e revisão do exercício funcional dos membros que atuam na área temática do Patrimônio Público e Social e Improbidade Administrativa relacionada a questões federais. A 5ª Câmara visa, na coordenação, uma atuação articulada. Na integração, o compartilhamento dos conhecimentos e informações sobre determinada matéria e a cooperação para consecução das atividades, e na revisão atentando para a elaboração de enunciados que venham a dissipar dúvidas e a ensejar mais rápida atuação.

Os membros que atuam na área temática da 5ª Câmara, na função extrajudicial e judicial, estão lotados nas Procuradorias da República nos Estados, nas Procuradorias Regionais da República das cinco Regiões com sede, em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco, e na Procuradoria-Geral da República, agem de ofício, ou por provocação das autoridades, órgão públicos, órgãos não governamentais



6. BASE DE DADOS/CATÁLOGO

6.1 BASE DE DADOS - PESQUISA

Base de Dados de Manifestação de Inteiro Teor - total de documentos na base: 15.072

6.2 BASE DE DADOS – RESULTADO DA PESQUISA

Procura em: Base de Dados do MPF
Câmaras Temáticas e subpastas

Procura por: {improbidade administrativa}{Qualquer Campo}
Registros 1 - 10 de 1824 encontrados (12,10% de 15.072 documentos na base).

< Anterior Próximo > Refina Busca Nova Busca

1 (id. 1850582)
Pasta: Base de Dados do MPF.Câmaras Temáticas.5ª Câmara

Ação Civil Pública
Nº 2004.34.00.027675-5
Data: -
Autor: alberto rodrigues ferreira
leia mais

Ementa/Palavras Chaves:
A final, cabe salientar que consta às fls. 79/95 que as S.S.A.s, como as S.V.D.s tratam-se efetivamente de ordenação de despesa, e que a primeira ré era a responsável por estas solicitações, inclusive as acima referidas (Apenso I numeração do Proc. no...

Inteiro Teor [cleliafim.doc](#) (textual, 18/10/2004 17:41:54):
... artigo 6º, VII, "b", e XIV, "f" da Lei Complementar Federal n.º 75/93 e artigo 17 da Lei n.º 8.429/92 propor a presente: AÇÃO CIVIL DE RESPONSABILIDADE POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA em face de: 1) CLÉLIA ROCHA DA COSTA, brasileira, portadora da carteira de identidade n.º 499.603 SSP/DF e do CPF n.º 154.258.601-10, reside...

2 (id. 1887563)
Pasta: Base de Dados do MPF.Câmaras Temáticas.5ª Câmara

Parecer
Nº RESP 515554/MA
(2003/0002272-4)

Ementa/Palavras Chaves:
EMENTA. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. VIA ADEQUADA
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

6.3 CATÁLOGO DE PROCEDIMENTOS E AÇÕES

Em face do Sistema ÚNICO que está sendo desenvolvido pela SI/SADP, os dados do Catálogo foram a eles remetidos para aproveitamento, quando possível naquela base de dados.



7. CONVÊNIOS

São gerenciados por esta Câmara os convênios do Ministério da Defesa – Comando do Exército, Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO e da Secretaria da Receita Federal – SRF

7.1 BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN

Solicitada renovação desde 2004.

7.2 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA

Objeto: Cooperação Técnico-financeira e operacional voltada para o desenvolvimento de estudos, projetos ou atividades de interesse comum nas questões agrárias, no âmbito de suas respectivas competências.

7.3 MINISTÉRIO DA DEFESA – COMANDO DO EXÉRCITO

Objeto: Cooperação em atividades de engenharia civil, realizando estudos, pesquisas e laudos periciais que permitam subsidiar e apoiar tecnicamente os trabalhos do MPF, relativos ao Patrimônio Público e Social.

7.4 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL – SRF

Objeto: Fornecimento, por parte da Secretaria da Receita Federal – SRJ, de dados cadastrais em todos os âmbitos do MPF, nos termos das Instruções Normativas nºs 19 e 20, de 17 de fevereiro de 1998.

7.5 SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO

Objeto: Implementação, operacionalização e manutenção do Serviço de Gerenciamento de Interconexão de Redes de interesse do MPF, para o acesso contínuo, *on line*, de dados cadastrais CPF e CNPJ, bem como de bases de dados autorizadas pelos seus respectivos gestores.

7.6 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU

Objeto: Estabelecer formas de cooperação no sentido de dinamizar o cumprimento do disposto no artigo 129, incisos I, III, VI e VIII e no artigo 71, inciso VIII da CF/88, e realizar treinamentos, intercâmbio de informações e outras ações conjuntas.



8. SISTEMAS INFORMATIZADOS E APLICATIVOS

No link “Sistemas Informatizados”, na página da Câmara (<http://intranet.mpf.gov.br/pgr/5camara/index.htm>), estão listados softwares e bancos de dados, com informações de uso e procedimentos para acesso, destinados a membros e servidores:

- Softwares para realização de cálculos financeiros, atualização monetária e conversão de padrão monetário:

**ATUALIZA
CORMONET**

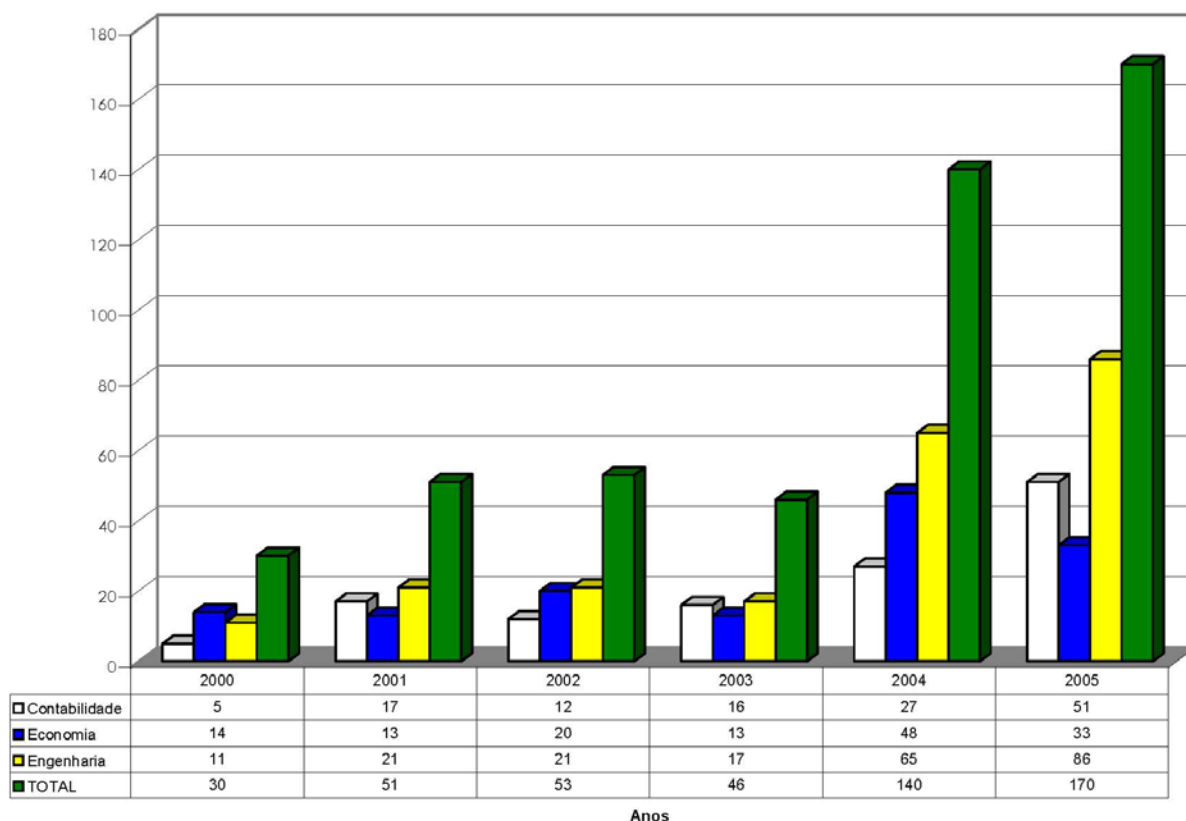
- Bancos de dados junto ao Governo Federal:
 - SIAFI** – informações sobre a execução financeira e orçamentária do Governo Federal, no mais amplo nível de acesso, de número 9;
 - SISBACEN** – informações sobre o Sistema Financeiro Nacional, tais como composição societária; vinculação de empresas de um conglomerado, taxas de juros e de câmbio; normas consolidadas do Sistema Financeiro; cadastro de inadimplentes para com os órgãos federais; comunicações pelo Banco Central ao Ministério Público de crimes contra o Sistema Financeiro, etc;
 - CPF e CNPJ** – base de dados com informações cadastrais de contribuintes junto à Secretaria da Receita Federal;
 - SINAPI** – sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil mantido pela Caixa Econômica Federal, preferencialmente destinado aos Analistas em Engenharia Civil.



9. ATUAÇÃO DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS

9.1 DEMONSTRATIVOS – TABELAS E GRÁFICOS

As demandas de análise pericial apresentam crescimento contínuo, sendo ampliadas, igualmente, na complexidade das matérias tratadas o que resulta em duplo desafio: racionalização de recursos escassos, com um quadro de analistas periciais insuficiente para o atendimento das necessidades mínimas de trabalho do MPF e o aprimoramento técnico do corpo de Analistas Periciais. O gráfico a seguir espelha parte dessa realidade:



9.2 TRABALHOS DESTACADOS REALIZADOS PARA OS MEMBROS DO MPF

9.2.1 ASSESSORIA TÉCNICA – CONTABILIDADE

- MPF PA nº 1.14001.000192/2001-92 - Análise da aplicação de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF no Município de Caravelas/BA nos exercícios financeiros de 2001, 2002 e 2003. Parecer Técnico nº 004/2005.
Solicitante: Fernanda Alves de Oliveira.
- PRDC/SC PA nº 1705/02 – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Repasse de recursos federais para o Município de Tijucas (SC), em 2001/2002. Análise de prestação de contas. Parecer Técnico nº 005/2005.
Solicitante: André Stefani Bertuol
- MPF PA nº 1.22.000.004310/2003-31 e 1.22.000.004281/2003-16 - Análise das informações produzidas em relatórios de fiscalização encaminhados ao

Ministério Público Federal - MPF pela Controladoria-Geral da União – CGU.
Parecer Técnico nº 009/2005.
Solicitante: Gilda Pereira de Carvalho

- Dossiê nº 1109/5ºCCR - Análise de processos licitatórios relativos à execução de convênios federais pelo ex-Prefeito do Município de Rolim de Moura (RO) e atual Governador do Estado de Rondônia o Ex.mo Sr. Ivo Narciso Cassol. Parecer nº 016/2005.
Solicitante: Reginaldo Pereira da Trindade
- MPF/PGR 1.00.000.001659/2005-41 – Município de Camocim (CE). Aplicação dos recursos do FUNDEF. Informação nº 065/2005.
Solicitante: Gilda Pereira de Carvalho
- MPF PA nº 0811.008038/96-66. - Diligências quanto às providências de apuração das denúncias da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI destinada a investigar irregularidades nas entidades de previdência privada. Informação nº 072/2005.
Solicitante: Gilda Pereira de Carvalho
- MPF-PGR: 1.25.003.000224/2003-18, 1.25.003.000146/2002-71, 1.25.003.000192/2002-70, 1.25.003.000182/2002-34, 1.25.003.000128/2003-70 - Análise da movimentação financeira bancária, dos rendimentos e da evolução patrimonial de diversos agentes públicos, visando apurar eventuais atos de improbidade administrativa. Pareceres Técnicos nos 012/2005, 018/2005, 019/2005, 020/2005 e 023/2005.
Solicitantes: Alessandro José Fernandes, Marcelo da Mota e Vladimir Aras
- Dossiê nº 1159/5ºCCR – Prefeitura de Itaitinga (CE). Perícia Contábil em documentação de auditoria privada – Dados insuficientes nos autos – Verificação de repasses de verbas federais entre os anos de 2000 a 2004 – Necessidade de fiscalização / auditoria pública. Parecer Técnico nº 022/2005.
Solicitante: Francisco de Araújo Macedo Filho.
- MPF-5º CCR. Lei nº 9.452/1997. Repasse de recursos federais aos municípios. Notificação aos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais. Uniformização. Informação nº 089/2005.
Solicitante: Carlos Roberto Diogo Garcia
- MPF-PRDF. PA nº 1.34.001.002479/2000-83. Análise sobre a destinação de recursos de Contribuições Sociais à Seguridade Social pelo Governo Federal, consoante exigência constitucional. Informação nº 099/2005.
Solicitante: Peterson de Paula Pereira
- MPF-PRRJ. Dossiê nº 1170/5º CCR. Recursos orçamentários destinados à recuperação de rodovias federais no Estado do Rio de Janeiro, no exercício de 2005. Informação nº 111/2005.
Solicitante: Alexandre Ribeiro Chaves
- MPF/PGR 08104.000346/99-10 – Reforma Agrária. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Superintendência Regional no Estado da Bahia. Desapropriação da Fazenda Picada e Reunificadas nos municípios de Xique-Xique/Morpará (BA). Denúncia de irregularidades e superavaliação.

Apuração. Sobrepreço com respaldo na norma vigente à época. Documentos importantes não acostados aos autos. Parecer Técnico nº 25/2005.
Solicitante: Gilda Pereira de Carvalho

9.2.2 ASSESSORIA TÉCNICA – ECONOMIA

- MPF PR/PE Dossiê nº 1106/5º CCR - Análise contábil e financeira relativa à demanda interposta pela Mendes Júnior Engenharia S.A. (nova denominação da Construtora Mendes Júnior S.A.) contra a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, a respeito das obras de construção da Hidrelétrica de Itaparica, em prosseguimento na 12ª Vara Federal da Justiça Federal no Estado de Pernambuco. Parecer Técnico nº 006/2005.
Solicitante: Luciana Marcelino Martins
- RESP 736610/DF (2005/0046759-8) STJ - Nordeste Linhas Aéreas S.A. — Laudo Pericial — Pareceres dos Assistentes Técnicos sobre o valor das defasagens tarifárias dez/89 a jan/92— Análise. Parecer Técnico nº 014/2005.
Solicitante: Gilda Pereira de Carvalho
- Dossiê nº 1148/5a CCR - IBAMA – Desapropriação de imóvel rural na área do Parque Nacional do Caparaó – Preços referenciais de propriedades rurais. Informação No 060/2005.
Solicitante: José Adonis Callou de Araújo Sá
- Dossiê nº 1130/5º CCR - Programa Nacional de Desestatização. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Privatização da Empresa FÓSFERTIL – FERTILIZANTES FOSFATADOS S.A. Meios de pagamento. Parecer Técnico nº 017/2005.
Solicitante: Lilian Guilhon Dore
- MPF PR/AC 1.10.000.000127/2004-69 - Análise da Representação a respeito de supostas irregularidades na contratação pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – ELETRONORTE de Produtores Independentes de Energia – PIE nos Estados de Rondônia e Acre. Informação nº 079/2005.
Solicitante: Fernando José Piazenski
- MPF PR/BA 1.14.000.000649/2004-11 - PROC. SUS Nº 0300020387002 – Relatório de Auditoria do SUS nº 395/2002 – Município de Medeiros Neto. Irregularidades na gestão da saúde pública. Promoção de arquivamento. Informação nº 080/2005.
Solicitante: Gilda Pereira de Carvalho
- PA nº 2618/05 - Possíveis irregularidades/ilegalidades na contratação de consultoria para gerenciamento do Projeto de Proteção da Mata Atlântica no Estado de Santa Catarina. Solicitação de análise das ofertas financeiras dos proponentes GOPA e IP/GFA. Informação nº 102/2005.
Solicitante: Claudio Dutra Fontella
- MPF PR/BA 08104.000351/99-50 - Reforma Agrária. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Superintendência Regional no Estado da Bahia. Desapropriação da Fazenda Tagril no município de Taperoá (BA). Denúncia de irregularidades e supervalorização. Apuração. Fragilidade na amostra de preços de mercado. As análises levadas a efeito com os dados

constantes nos autos não permitiu fossem esclarecidas as dúvidas quanto a possível superavaliação. Parecer Técnico No 021/2005.
Solicitante: Gilda Pereira de Carvalho

- MPF 1.00.000.008384/2005-76 e Dossiê no 1153/5ª CCR - Cancelamento das Súmulas do STF 618, 416, 345 e 164 – Estudo do Dr. Antonio Carlos Fonseca da Silva – Juros na economia – A perda de receita como dano concreto – Juros compensatórios efetivos – Algoritmo dos juros compensatórios – Juros compensatórios previstos nas Súmulas sem respaldo econômico/financeiro — Análise técnica. Parecer Técnico Nº 024/2005.
Solicitante: Moacir Mendes Sousa

9.2.3 ASSESSORIA TÉCNICA – ENGENHARIA CIVIL

A) TRABALHOS REALIZADOS PELA ASSESSORIA:

- Dossiê 432/5ª CCR – Projeto de Irrigação de Luiz Alves do Araguaia. Verificação de quantitativos. Informações nos. 070, 122/2005.
Solicitante: Hélio Telho Corrêa Filho – PR/GO
- PA 1.16.000.000092/2000-11– Apuração de irregularidades na construção da sede do STJ. Informação no. 015/2005.
Solicitante: Raquel Branquinho P. Mamede Nascimento – PR/DF
- Dossiê 911/5ª CCR – Apuração de irregularidades no conjunto habitacional Francisco Pinto em Feira de Santana/BA. Informação nº. 132/2005.
Solicitante: Maria Caetana Cintra Santos – PR/BA
- Dossiê 912 e 1.180/5ª CCR – Perícia técnica no conjunto habitacional Alto da Cachoeirinha em Salvador/BA. Informação no. 132/2005.
Solicitante: Maria Caetana Cintra Santos – PR/BA
- Dossiê 1071/5ª CCR– Apuração de irregularidades nas obras de Engenharia – Abastecimento de água, no município de Itaberaí/GO. Informação nº 027/2005.
Solicitante: Peterson de Paula Pereira – PR/GO
- Dossiê 1089/5ª CCR– Apuração de irregularidades nas obras de reurbanização e melhoria da infra-estrutura turística na região do Cai n'água e orla do Rio Madeira: Complexo turístico Beira-Rio no município de Porto Velho/RO. Informações nºs 038 e 053/2005.
Solicitante: Reginaldo Pereira da Trindade – PR/GO
- Dossiê 1116/5ª CCR – Apuração de irregularidades em construções de pontes, pontilhões e galerias pluviais no Município de Turvo/SC. Informação nº 036/2005.
Solicitante: Ricardo Kling Donini– PRM Criciúma/SC
- Dossiê 1119/5ª CCR – Assistência Técnica na perícia judicial em realização no Conjunto Habitacional dos Subtenentes e Sargentos em Manaus/AM.
Solicitante: Carlos Henrique Dumont Silva – PR/AM.
- Dossiê 1120/5ª CCR – Assistência Técnica na perícia judicial em realização no Conjunto Habitacional Beija-flor II, 1ª, 2ª e 3ª etapas em Manaus/AM.
Solicitante: Carlos Henrique Dumont Silva – PR/AM.

- Dossiê 1137/5º CCR – Assistência Técnica na perícia judicial em realização na duplicação da Avenida Fernando Corrêa da Costa (BR-364). Parecer Técnico nº 007/2005.
Solicitante: Viviane Vieira de Araújo – PR/MT
- Dossiê 1066/5º CCR – Apuração de irregularidades em dois contratos da INFRAERO: 076/SRGR/AD (SBKP)/2001 e 110/SRGR/AD (SBKP)/2001. Informações nos. 106 e 108/2005.
Solicitante: Letícia Pohl – PRM Campinas/SP
- Dossiê 1141/5º CCR – Apuração de irregularidades no Programa de Arrendamento Residencial da CEF no Estado do Maranhão. Informações nºs 049 e 117/2005.
Solicitante: Juraci Guimarães Júnior – PR/MA
- Dossiê 960/5º CCR – Assistência Técnica na perícia judicial em 2.879 unidades habitacionais do Conjunto Vila Rica, em Volta Redonda/RJ.
Solicitante: André Luiz Tarquino da S. Barreto e Bruno Nominato de Oliveira – PR/RJ.
- Dossiê 1150/5º CCR – Assistência Técnica na perícia judicial nas obras do Hospital Vila Paranoá no Distrito Federal.
Solicitante: Wellington Divino Marques de Oliveira – PR/DF.
- Dossiê 1109/5º CCR – Apuração de Irregularidades em 48 processos licitatórios no Município de Rolim de Moura/RO.
Solicitante: Reginaldo Pereira da Trindade – PR/RO
- PA 114.001.000192/2001-92 – Apuração de Irregularidades em obras no Município de Caravellas/BA. Informação nº 037/2005.
Solicitante: Fernanda Alves de Oliveira – PRM Ilhéus/BA
- PA 1.00.000.004624/2004-82 – Apuração de Irregularidades nas obras de construção do Hospital Municipal de São Sebastião do Alto/RJ. Informação nº 086/2005.
Solicitante: Jessé Ambrósio dos Santos Júnior – PR/RJ
- Dossiê 1059/5º CCR – Apuração de superfaturamento nas intervenções do trecho urbano da BR-356, Município de Itaperuna/RJ. Informação no. 100/2005.
Solicitante: Cláudio Chequer – PR/RJ
- Dossiê 1162/5º CCR – Apuração de irregularidades nas obras de macrodrenagem no Município de Maceió/AL. Informação nº 102/2005.
Solicitante: Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary – PR/AL
- Dossiê 1074/5º CCR – Apuração de irregularidades na concorrência nº 005/DAAG/SBRJ/2003 – INFRAERO para execução das obras e serviços do Aeroporto Santos Dummont/RJ. Informação nº 112/2005.
Solicitante: Vinícius Panetto do Nascimento – PR/RJ
- Dossiê 1174/5º CCR – Apuração de irregularidades em licitações envolvendo o fornecimento de massa asfáltica para obras rodoviárias. Informação nº 119/2005.
Solicitante: Allan Versiani de Paula – PR/MS

- Dossiê 1183/5ª CCR – Assistência Técnica na perícia judicial na construção de frigorífico no Município de Rondonópolis/MT. Informação no. 131/2005.
Solicitante: Marcelo Santiago Wolff – PR/MT
- PA 1.16.000.000737/2003-68 – Análise técnica de documentos e resposta a quesitos relativos à dispensa de licitação para contratação da PETROBRÁS para fornecimento de material betuminoso. Informação no. 082/2005.
Solicitante: Bruno Caiado Accioli – PR/DF
- PA 1.00.000.007882/2003-30 – Apuração de irregularidades na construção do trecho rodoviário no corredor Araguaia/Tocantins e no trecho Dom Elizeu da BR-222 e BR-158/PA. Informação nº 022/2005.
Solicitante: Vanessa Cristina Gomes – PRM Marabá/PA
- Dossiê 1156/5ª CCR – Apuração de irregularidades na realização das obras da Estação de Tratamento de Água - ETA e do Reservatório de Água Principal – RAP no Aeroporto Internacional de Viracopos em Campinas/SP. Informações nºs. 071 e 085/2005.
Solicitante: Letícia Pohl – PRM Campinas/SP
- PA 1.34.015.000195/2002-65 – Apuração de irregularidades em obras no Município de São José do Rio Preto, na transferência de recursos pelos convênios 393/MMA e 830/MIN. Informação nº 063/2005.
Solicitante: Álvaro Stipp – PRM São José do Rio Preto/SP
- Dossiê 974/5ª CCR – Apuração de irregularidades nas obras e serviços de engenharia no Aeroporto Santa Genoveva no Município de Goiânia/GO. Informação nº 003/2005.
Solicitante: Hélio Telho Corrêa Filho – PR/GO

B) TRABALHOS CONTRATADOS PELO MPF PARA ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DOS MEMBROS:

- Dossiê 932/5ª CCR – Perícia Técnica concluída no prédio da Interlegis (PRODASEN/Senado Federal) pela CEF (LC nº 75, art. 8º).
Solicitante: Luiz Francisco Fernandes de Souza – PR/DF.
- Dossiê 1035/5ª CCR – Perícia Técnica concluída no novo Fórum Trabalhista em São Paulo sobre termos aditivos assinados e sobre a entrega da obra nas condições previstas no Edital. Laudo pericial elaborado pela CEF (LC nº 75, art. 8º).
Solicitante: José Roberto Pimenta Oliveira – PR/SP.
- Dossiê 811/5ª CCR – Conclusão da Perícia Técnica realizada nas rodovias federais no estado de Tocantins: BR-010, BR-235, BR-153, BR-230 e BR-242 por professores da Universidade de Brasília – UnB, tendo como responsável pelos trabalhos o professor José Alex Sant’Anna.
Solicitante: Zilmar Antônio Drumond – PR/TO.
- Dossiê 1059/5ª CCR – Conclusão da Perícia Técnica realizada na BR-356, município de Itaperuna/RJ, por professores da Universidade de Brasília – UnB, tendo como responsável pelos trabalhos o Professor José Alex Sant’Anna.

- PA 1.00.000.010983/2004-79 – Conclusão da Perícia Técnica realizada na Barragem do Rio São Bento, localizada no município de Siderópolis/SC, por professores da Universidade de Brasília – UnB, tendo como responsável pelos trabalhos o Professor José Alex Sant’Anna.
- PA 1.22.000.000033/2003-98 – Duplicação da Rodovia Fernão Dias – BR-381. Apuração de irregularidades. Perícia Técnica realizada na BR-381, por professores da Universidade de Brasília – UnB, tendo como responsável pelos trabalhos o Professor Ênio Gonçalves. Informações nos. 030, 055 e 128/2005.
Solicitante: Tarcísio Henriques Filho – PR/MG
- PA 1.22.000.002424/2002-66 – Apuração de irregularidades na construção do trecho rodoviário Itacarambi / Manga / Montalvânia – BR-135. Proposta de preços para execução de perícia sendo elaborada pela UnB. Informações nos. 075 e 113/2005.
Solicitante: Tarcísio Henriques Filho – PR/MG
- Dossiê 950/5ª CCR – Conclusão da Perícia Técnica realizada na obra de duplicação da rodovia BR-316, entre os municípios de Castanhal e Belém do Pará/PA, por professores da Universidade de Brasília – UnB, tendo como responsável pelos trabalhos o Professor José Alex Sant’Anna. PA Informações nos. 101, e 184/2005.
Solicitante: Patrick Salgado Martins – PR/
- Dossiê 1114/5ª CCR – Perícia Técnica a ser realizada na obra de duplicação da rodovia BR-116, no Estado do Ceará, por instituição de ensino superior ou Ministério da Defesa - Comando do Exército. Informações nºs 032, 090 e 136/2005.
Solicitante: Alexandre Meireles Marques – PR/CE
- Dossiê 1061/5ª CCR – Trabalho em desenvolvimento, referente à permuta de imóveis entre o INSS e a empresa Miramar Empreendimentos Imobiliários, tendo como responsável pela atividade a CEF (LC nº 75, artigo 8º). SP Informação n 073/2005.
Solicitante: Luiz Antônio Palácio Filho – PRM Santos
- PA 1.18.000.005626/2001-10 – Apuração de irregularidades nas obras de Engenharia – Abastecimento de água, no município de Senador Canedo/GO. Trabalho examinado pela Universidade Federal de Goiás – UFGO e Universidade de Brasília – UnB. Proposta da UnB encaminhada à SG. Informações nos. 026, 074 e 107/2005.
Solicitante: Peterson de Paula Pereira – PR/GO
- Dossiê 1147/5ª CCR – Análise Técnica da obra de eliminação do acostamento em parte da Ponte Rio-Niterói/RJ com transferência de tráfego de caminhões para a BR-493/RJ. Trabalho sendo elaborado pelo Instituto Militar de Engenharia – IME, no Rio de Janeiro/RJ. Informações nºs 066 e 097/2005
Solicitante: Márcio Andrade Torres – PR/RJ
- PA 1.17.000.000791/2005-38 – Apuração de irregularidades na Rodovia BR-259/ES, no trecho compreendido no Estado do Espírito Santo. Trabalho sendo elaborado pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, sem ônus para o MPF. Informações nº 081, 105 e 126/2005.
Solicitante: Nadja Machado Botelho – PR/ES

- Dossiê 1164/5ª CCR – Apuração de irregularidades no Projeto de irrigação das terras da Comunidade Indígena Truká, Fazenda Caatinga Grande, Truká II, na ilha de Assunção, Município de Cabroó/PE. Documentação sendo examinada pela Embrapa Semi-árido em Petrolina/PE. Informação nº 093/2005.
Solicitante: Vanessa Gomes Previtera – PRM Petrolina/PE



10. RECURSOS SOLICITADOS PELA CÂMARA

Com a finalidade de assegurar as condições ao bom andamento dos trabalhos da Câmara, foi solicitado o fornecimento dos seguintes recursos:

A) ÁREA DE INFORMÁTICA:

- Renovação anual da licença de uso do software ATUALIZA
- Criação de base dados de informações técnicas dos analistas periciais

B) ÁREA DE PESSOAL:

- 01 Analista Pericial em Contabilidade – atendido
- 01 Analista Pericial em Economia – pendente de atendimento
- 01 Analista Pericial em Engenharia – pendente de atendimento
- 04 Analista Processual – atendimento parcial (01)
- 01 Analista de Documentação/Comunicação Social (Jornalista/Direito) – pendente de atendimento
- 08 Técnico Administrativo – atendimento parcial (05)

C) ÁREA DE MATERIAL:

- Substituição de 25 cadeiras – atendida
- 03 Microcomputadores – atendido
- Mesa de reunião



11. COMPOSIÇÃO DA CÂMARA

11.1 MEMBROS DO COLEGIADO

MEMBROS TITULARES

(Portaria PGR nº 256, de 04.05.2004)

GILDA PEREIRA DE CARVALHO
Subprocuradora–Geral da República
Coordenadora

MOACIR MENDES SOUSA
Subprocurador–Geral da República

CÉLIA REGINA SOUZA DELGADO
Subprocuradora–Geral da República

MEMBROS SUPLENTES

(Portaria PGR nº 454, de 09.08.2004)

JOSÉ EDUARDO DE SANTANA
Subprocurador–Geral da República

HAROLDO FERRAZ NÓBREGA
Subprocurador–Geral da República

BRASILINO PEREIRA DOS SANTOS
Subprocurador–Geral da República

11.2 REPRESENTAÇÃO ELEITA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

PROCURADORIAS REGIONAIS DA REPÚBLICA

1ª Região	José Adonis Callou de Araújo Sá Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho (<i>Suplente</i>)
2ª Região	Luís Cláudio Pereira Leivas
3ª Região	Mônica Nicida Garcia
4ª Região	Samantha Chantal Dobrowolski Márcia Neves Pinto (<i>Suplente</i>)
5ª Região	Francisco Chaves dos Anjos Neto Francisco Rodrigues dos Santos Sobrinho (<i>Suplente</i>)

PROCURADORIAS DA REPÚBLICA NOS ESTADOS

Acre

Marcus Vinícius Aguiar Macedo

Alagoas	Renato Sulteira de Oliveira
Amazonas	Ageu Florêncio da Cunha Frederico Pellucci (<i>Suplente</i>)
Amapá	Paulo Roberto Olegário de Sousa
Bahia	Danilo Pinheiro Dias Vladimir Barros Aras (<i>Suplente</i>)
Ceará	Nilce Cunha Rodrigues Oscar Costa Filho (<i>Suplente</i>)
Distrito Federal	Valquíria Oliveira Quixadá Nunes
Espírito Santo	Carlos Fernando Mazzoco
Goiás	Hélio Telho Corrêa Filho
Maranhão	Sergei Medeiros Araújo Marco Aurélio Alves Adão (<i>Suplente</i>)
Mato Grosso	Marcello Santiago Wolff Marcelo Borges de Mattos Medina (<i>Suplente</i>)
Mato Grosso do Sul	Allan Versiani de Paula
Minas Gerais	Adailton Ramos do Nascimento
Pará	Regis Richael Primo da Silva
Paraíba	Fábio George Cruz da Nóbrega José Guilherme Ferraz da Costa (<i>Suplente</i>)
Paraná	Elton Venturi
Pernambuco	Mabel Seixas Menge Marcelo Mesquita Monte (<i>Suplente</i>)
Piauí	Carlos Wagner Barbosa Guimarães Marco Túlio Lustosa Caminha (<i>Suplente</i>)
Rio de Janeiro	Lílian Guilhon Dore
Rio Grande do Norte	Yordan Moreira Delgado Caroline Maciel da Costa (<i>Suplente</i>)
Rio Grande do Sul	Márcia Noll Barboza Carolina da Silveira Medeiros (<i>Suplente</i>)
Rondônia	Reginaldo Pereira da Trindade Heitor Alves Soares (<i>Suplente</i>)
Roraima	Maurício Fabretti Rômulo Moreira Conrado (<i>Suplente</i>)

Santa Catarina	André Stefani Bertuol Cláudio Dutra Fontella (<i>Suplente</i>)
São Paulo	Suzana Fairbanks Lima de Oliveira
Sergipe	Paulo Gustavo Guedes Fontes
Tocantins	Renato Carvalho Viana

A lista, completa e atualizada, com os nomes dos representantes da Câmara junto às Procuradorias Regionais da República, Procuradorias da República nos Estados e Municípios consta na Intranet Nacional do MPF, na página da Câmara, no endereço:

<http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara/composicao/representantes/estados/menuestado.htm>



12. EQUIPE DE SERVIDORES

12.1 ASSESSORIA TÉCNICA

CONTABILIDADE E ECONOMIA

Carlos Alberto de Oliveira Lima – Assessor (Economista – requisitado BACEN)
Almir Pereira da Silva – Analista Pericial em Contabilidade
Andréa de Oliveira Bomfim – Analista Pericial em Contabilidade
Fernando Sanchez Souza – Analista Pericial em Economia
Luciano Pereira Cayres – (exonerado, a pedido, em 20/06/2005)
Pedro Sala Corral – Analista Pericial em Contabilidade
Romeu Bizó Drumond – Analista Pericial em Contabilidade

Agatha Cristiane Gonçalves Matos – Estagiária Nível Superior

ENGENHARIA CIVIL

Marta Ligia de Freitas Vieira – Assessora (Analista Pericial/Engenharia Civil)
Elmo Gonçalves Farias – Analista Pericial em Arquitetura
Fernando Nato de Souza Machado – Analista Pericial em Engenharia Civil
Rita de Cássia Pereira – Analista Pericial em Engenharia Civil (exonerada, a pedido, em 05/11/2005)

12.2 ASSESSORIA JURÍDICA

Karine Santana Moraes – Secretário Administrativo
Alberto Elias Hidd Neto – Técnico Administrativo
Aldrovilli Grisi Dantas – Secretário Administrativo (exonerado, a pedido, em 31/12/2005)
Carla Varela Sardá – Secretário Administrativo
Denise Vasconcelos de Oliveira – Técnico Administrativo
Marília Maria Moraes do Nascimento – Técnico Administrativo
Rogério Soares Alencar – Analista Processual

Henrique de Sousa Cardoso – Estagiário de Direito do Gabinete da Subprocuradora-Geral Célia Delgado

12.3 ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

Luzia Fonseca Azevedo – Assessora a partir de 18/07/2005
Lusia Reinalda da Costa – Assessora até 16/07/2005

SECRETARIA

Selma Maria de Oliveira Marques – Supervisora da Secretaria
Débora Cristina Larocca Rigailo – Secretário Administrativo
Jaciele Cristhine da Silva Gomes – Técnico Administrativo
José Henrique Soares Lins – Técnico Administrativo (lotado até 13/09/2005)
João Rildo de Araújo e Silva Filho – Técnico Administrativo
Monique de Souza Moura – Secretário Administrativo
Raquell Ferreira de Paula – Secretário Administrativo

AUXILIARES – PRESTADORES DE SERVIÇO

Flaviano Costa de Faria

Jaqueline dos Santos Sampaio

Maria do Socorro do Nascimento

ESTAGIÁRIOS – NÍVEL MÉDIO

Ernando José Siqueira Barros

José Felype Resende Cunha

Leonard Pinheiro Bastos

Mairo Alexandre Dias Tolentino

12.4 SETOR DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

José Areolino Alves Maia de Carvalho – Técnico Administrativo

Luiz Augusto Curado Júnior – Técnico Administrativo

Rogério Carneiro Paes – Técnico Administrativo

Eletiele Rocha da Silva – Estagiária Nível Superior



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO – PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

SAF SUL QUADRA 4 CONJUNTO C BLOCO B SALA 305 – CEP: 70050-900 – BRASÍLIA/DF

FONES: (61) 3031-6063/6064 | FAX: (61) 3031-6123

[HTTP://WWW.PGR.MPF.GOV.BR/PGR/5CAMARA](http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/5camara)

